

HISTÓRIA

PSS 2



HISTÓRIA GERAL

História Geral

Mundo Moderno II: Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão Burguesa

Revoluções inglesas (XVII)

Conflito entre as camadas dominantes: a burguesia (puritanos) defensora do nascente capitalismo, e a nobreza (católicos) defensora da antiga ordem feudal. Pode ser dividida em:

▶ **Guerra Civil ou Revolução Puritana (1642-1648):** parlamento representado pela burguesia contra o rei e a nobreza.

▶ **República de Cromwel ou República Puritana (1649-1658):** com a vitória do Parlamento assumiu o poder Oliver Cromwel, que gradativamente instalou uma ditadura republicana.

▶ **Revolução Gloriosa (1688):** após a restauração monárquica promovida pelos Stuart, o Parlamento apoiou a tomada de poder por Guilherme de Orange. Este assinou a Declaração de Direitos, fato que consagrou o poder nas mãos do Parlamento e o fim do absolutismo na Inglaterra.

A partir de todo esse processo de transformações políticas na Inglaterra do século XVII, consolidava-se a monarquia constitucional inglesa, prometia-se a liberdade de imprensa e a proteção à propriedade privada, como desejam os burgueses. Além disso, os ingleses ganhavam o status de cidadãos, excluindo, contudo, a participação política das massas populares. Enfim, uma típica revolução burguesa, com seus avanços, como o fim do absolutismo, e suas imperfeições, como a exclusão social.

Iluminismo: Séculos XVII-XVIII

O Iluminismo foi uma teoria filosófica de inspiração burguesa contra os valores do Antigo Regime. Advogava a liberdade política, econômica e religiosa, além da igualdade jurídica, a propriedade privada e o racionalismo. Entre os seus principais representantes estão **Descartes**, **Newton** e **Locke**, considerados precursores do movimento iluminista.

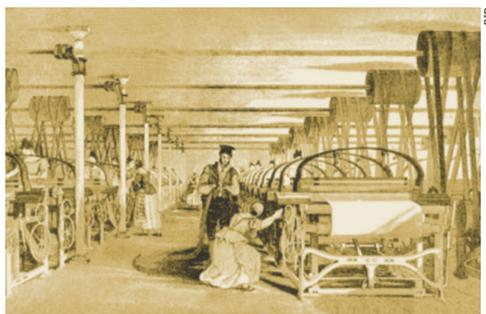
Os principais filósofos foram: **Voltaire** – críticas ao clero, ao Absolutismo e defesa da liberdade de pensamento; **Montesquieu** – defensor da limitação do poder real com a Constituição e três poderes; **Rousseau** – crítico da propriedade privada, defendia que o homem é naturalmente bom, sendo corrompido pela sociedade. Defendia ainda, a tese da vontade geral, ou seja, a democracia; **Diderot** e **d'Alembert** foram os organizadores da enciclopédia.

Na economia surgiu o liberalismo sob duas formas: Escola Fisiocrata (agricultura é a fonte de riqueza) e **Escola Liberal Clássica** (de **Adam Smith**, defensor da Lei da livre oferta e livre procura, sendo o trabalho a fonte de riqueza).

Na política influenciou a formação do despotismo esclarecido, que consistiu na adequação de alguns ideais iluministas por reis absolutistas. O Iluminismo influenciou diversos movimentos de libertação, como a Independência dos EUA em 1776, a Revolução Francesa de 1789 e as independências na América.

Primeira Revolução Industrial (1760)

A Revolução Industrial significou uma profunda alteração no processo produtivo, com a introdução das máquinas – inicialmente a máquina a vapor. Implicou também o aumento da produção e do lucro dos burgueses em detrimento dos operários, extremamente explorados. A Inglaterra foi a pioneira neste processo, com a indústria têxtil.



A indústria têxtil foi a pioneira na Inglaterra do século XVIII. Percebemos, ainda, a mão de obra feminina explícita na imagem.

Importante

A exploração sobre os operários era intensa, não isentando mulheres e crianças. Os operários reagiram por meio do Ludismo, Cartismo, *Trade Unions* e teorias socialistas, em especial o socialismo científico de Marx, mas só conseguiram direitos trabalhistas no século XIX.



Aspectos	I Revolução Industrial
Período	De 1760 até por volta de 1860.
Local	Inglaterra.
Setor industrial	Têxtil.
Fontes de energia	Carvão mineral e vapor
Minério principal	Ferro.
Tipo de capitalismo	Industrial ou liberal.
Inovações tecnológicas	Máquina de fiar (Hergreaves, 1767), tear hidráulico (Arkwright, 1768), tear mecânico (Cartwright, 1785), máquina a vapor (Newcomen, 1712 e James Watt, 1765), barco a vapor (Fulton, 1805), locomotiva a vapor (Stephenson, 1814).

Revolução Francesa (1789)

A Revolução Francesa foi um movimento da burguesia, influenciada pelo Iluminismo contra o Antigo Regime na França. Às vésperas da revolução os franceses conviviam com o **Absolutismo de Luís XVI**, uma crise econômica e uma sociedade marcada pelos privilégios do clero (I estado) e da nobreza (II estado). O povo e a burguesia (III estado) pagavam impostos que sustentavam os demais. As fases foram:

- ▶ **Assembleia dos Estados Gerais (1789-1791):** o povo toma a Bastilha e os deputados do III estado aprovam: fim de privilégios, Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, Constituição civil do clero e uma Constituição. Desmoronava o Antigo Regime.
- ▶ **Convenção Nacional e República Jacobina (1792-1795):** os jacobinos (média e baixa burguesia, populares mais radicais) tomam o poder e implantam a República sob liderança de Robespierre. Ocorrem guilhotinações em massa, é a fase do terror. Os girondinos (alta burguesia) tomam o poder com o golpe 9 Termidor.
- ▶ **Diretório (1795-1799):** os girondinos enfrentam uma crise econômico-social. Jacobinos e realistas ameaçam retomar o poder. Diante disso, os girondinos se unem ao exército e a Napoleão desfechando o Golpe 18 Brumário, que coloca Napoleão no poder. Este governará em benefício da burguesia.

Mundo Contemporâneo I: Século XIX



Era Napoleônica e o Congresso de Viena (1799-1815)

O governo de Napoleão pode ser dividido em três fases:

- ▶ **Consulado (1799-1804):** fase de recuperação da economia da França com a criação do Banco da França, de tarifas protecionistas e do Código Napoleônico. Também estatizou a educação e elaborou a concordata com a Igreja.
- ▶ **Império (1804-1815):** neste período, destacam-se a expansão militar francesa e o decreto do Bloqueio Continental, em 1806, à Inglaterra. Lembremos que, em 1805, Napoleão conheceu sua primeira derrota para os ingleses na Batalha de Trafalgar. Com a derrota para a Rússia, em 1812, o Império Napoleônico logo chegaria ao fim. Em 1815, tropas aliadas invadiram Paris e exilaram Napoleão na ilha de Elba.
- ▶ **Os Cem Dias (1815):** Napoleão regressa à França e reorganiza seu exército, mas é derrotado definitivamente na Batalha de Waterloo, sendo exilado na ilha de Santa Helena.

Após a derrota de Napoleão, os países absolutistas europeus, mais a Inglaterra, reuniram-se no **Congresso de Viena** com o objetivo de restabelecer a ordem sociopolítica anterior a 1789, restaurando as antigas fronteiras e os antigos reis. Para reprimir os movimentos nacionalistas e liberais surgiu a Santa Aliança, braço armado do Congresso.

As ideias revolucionárias pós Napoleão

De 1830 a 1871: revoluções e unificações

É bom lembrarmos que do período posterior ao Congresso de Viena até meados do século XIX, eclodiram diversos movimentos armados na Europa. Tais movimentos expressavam novos valores, como o **liberalismo burguês**, o **nacionalismo** e, progressivamente, o **socialismo operário**. Podemos elucidar, concisamente, o período desta forma:

Após o Congresso de Viena, em 1815, procurou-se restaurar os valores do Antigo Regime, sobretudo o Absolutismo monárquico. Na França, em **1830**, Carlos X tentou a Restauração, mas foi impedido por uma revolta burguesa e popular que levou ao trono Luis Felipe de Orléans, o "**Rei burguês**".

Em **1848** eclodiram diversas revoltas populares, inicialmente na França, e a seguir por toda a Europa. Estes movimentos ficaram conhecidos como "**Primavera dos Povos**".

Em **1871**, as ruas de Paris foram tomadas por barricadas erguidas pelos populares. Surgia uma comuna autônoma, de variados matizes políticos, denominada "**Comuna de Paris**". Entretanto, foi massacrada pelo governo burguês.

Na década de 1870 ocorreu a **unificação da Itália e da Alemanha**. Na Itália destacou-se a região do Piemonte-Sardenha; o Rei Vítor Emanuel e o ministro Cavour, além de Garibaldi ao sul. O Risorgimento foi fundamental para a unificação italiana. Na Alemanha, salienta-se a atuação de Bismarck, o Zollverein e a Guerra Franco-prussiana de 1871, que finalizou o processo unificador alemão.

- ▶ Os movimentos de 1830 e 1848 abriram caminho para a consolidação do Estado Democrático e Liberal, comandado pela burguesia. Este Estado promoveu o desenvolvimento do capitalismo financeiro e monopolista, que, por sua vez, desencadeou a expansão imperialista para a África e a Ásia no século XIX.



Imperialismo do século XIX

No século XIX ocorreu significativa expansão dos Estados capitalistas europeus, que exploraram economicamente outros povos, por eles subjugados. A expansão territorial dirigiu-se, sobretudo, para África e Ásia. Isso se deu a partir do advento da **II Revolução Industrial**, quando o capitalismo entrou em uma fase de concentração de capital (formação dos monopólios financeiros, dos trustes, cartéis e *holdings*) e procedeu à conquista de territórios. Salientamos que a colonização de territórios não era uma novidade para os europeus, uma vez que no século XVI ocorreu a colonização da América. Naquela época o capitalismo vivia sua fase comercial ou mercantil, sendo a exploração da América comandada pela burguesia comercial e os Estados metropolitanos europeus. Tudo justificado pela missão cristianizadora fomentada pela Igreja.

Aspectos	2ª Revolução Industrial
Local	Europa, Rússia, EUA e Japão
Sector Industrial	Petroquímico, Siderúrgico, automobilístico
Fontes de Energia	Eletricidade e Petróleo
Minério Principal	Aço e Sintéticos
Inovações Tecnológicas	Processo Bessemer (ferro em aço), dínamo, motor de combustão, automóvel, ferrovia, avião, telefone, telégrafo.

Já no **neocolonialismo ou Imperialismo**, no século XIX, os patrocinadores da ação imperialista foram a burguesia financeiro-in-

dustrial e os Estados, como a Inglaterra e a França. Nesta época justificava-se a expansão imperialista com a **missão civilizadora do europeu**. Vários **fatores** motivaram o imperialismo na África e na Ásia, vejamos alguns:

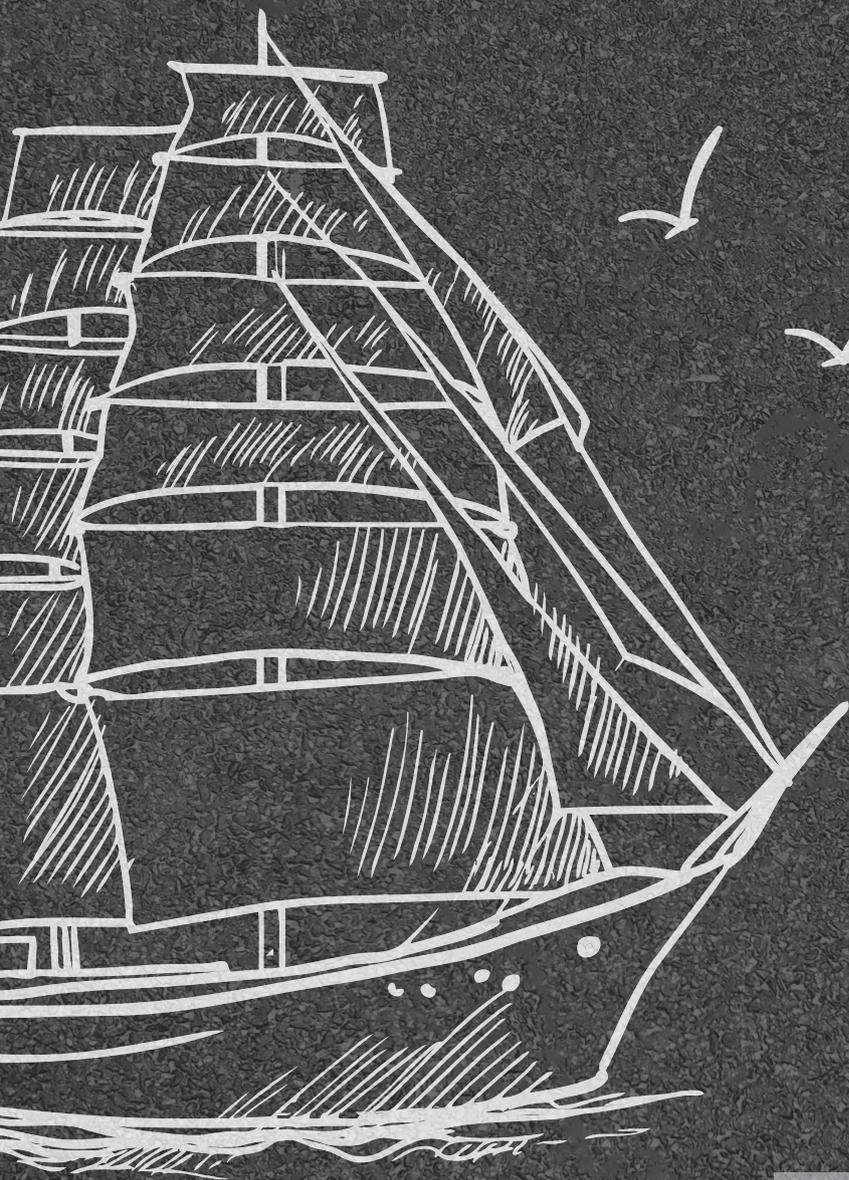
- ▶ busca de mercados consumidores;
- ▶ busca de matéria-prima e mão de obra barata;
- ▶ escoamento dos excedentes populacionais;
- ▶ espírito nacionalista.

A Conferência de Berlim de 1885 oficializou a partilha da África. A resistência ao imperialismo se fez de várias formas, como: Guerra dos Bôeres (África do Sul); Guerra dos Boxers (China); e Guerra dos Cipaios (Índia).



A partilha da África.

As disputas entre as potências imperialistas levaram a um período de paz armada e, posteriormente, à I Guerra Mundial.



HISTÓRIA DO BRASIL



Revoltas Coloniais Brasileiras e os Processos de Emancipações na América

Revoltas nativistas

Foram revoltas de cunho localista, sobretudo por interesses econômicos de determinados grupos sociais. De um modo geral, não apresentavam uma ideologia emancipacionista. Foram elas:

- ▶ **Revolta de Beckmam (MA - 1684):** ocorrida em função do crescente endividamento dos latifundiários locais diante do monopólio comercial da Cia. de Comércio do Maranhão. Houve, ainda, incidentes contra os jesuítas, em função da escravização dos índios. A Cia de Comércio acabou extinta.
- ▶ **Guerra dos Emboabas (MG - 1707/1709):** disputa entre os mineradores, paulistas, e os forasteiros, emboabas, pelo domínio das regiões mineradoras. Trouxe como consequência a descoberta do ouro em Goiás e Mato Grosso.
- ▶ **Guerra dos Mascates (PE - 1710):** conflito entre os comerciantes de Recife e os latifundiários de Olinda, em função da elevação de Recife à categoria de Vila, tornando-se independente de Olinda.
- ▶ **Revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (MG - 1720):** gerada pelo descontentamento dos mineradores com o anúncio da instalação das casas de fundição. As casas foram instaladas em 1720.

A Era Pombalina

Em 1750 assume o trono português D. José I. Enfrentando inúmeras dificuldades econômicas, sofre abalos ainda maiores com um terremoto que ocorre em Lisboa, destruindo a cidade. Para tentar modernizar o reino, nomeou para primeiro ministro **Sebastião José de Carvalho e Melo**, o Marquês de Pombal. Entre suas realizações, inspiradas em algumas ideias iluministas, encontram-se:

- ▶ **extinção das capitanias hereditárias** - 1759;
- ▶ **mudança da capital para o Rio de Janeiro** - 1763;
- ▶ criação de companhias monopolistas comerciais como: Cia. Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1756) e Cia. Geral de Pernambuco e Paraíba (1759);
- ▶ **expulsão dos jesuítas** (1759).

Pode-se afirmar que a administração pombalina representou o acirramento da exploração colonial, fato que geraria protestos variados no Brasil.

Revoltas coloniais (ou Emancipacionistas)

Foram movimentos de libertação coloniais, fortemente embasados nos ideais liberais advindos da Europa e dos EUA. Destacam-se:

- ▶ **1. Inconfidência Mineira de 1789:** foi uma tentativa de revolta comandada pelas elites mineiras, planejada para o dia de execução da derrama. No entanto, foi delatada por Joaquim Silvério dos Reis e prenderam-se os inconfidentes. Tiradentes acabou morto e esquartejado.
- ▶ **2. Inconfidência Baiana de 1798:** contou com a participação dos segmentos mais pobres da Bahia. Comparada com a Inconfidência Mineira, teve caráter social mais radical, com a proposta de abolição da escravidão. Devido à grande participação de alfaiates, também é conhecida por "Conjuração dos Alfaiates".
- ▶ **3. Revolução Pernambucana de 1817:** foi desencadeada pela elevação dos impostos, necessários à manutenção da família real portuguesa no Brasil e à urbanização do RJ.



Processo de independência do Brasil: o Período Joanino

Contribuíram, decisivamente, para desencadear a emancipação política brasileira:

- ▶ **influência das ideias liberais:** o Iluminismo, a Independência dos EUA, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa;
- ▶ **influência das Revoltas Coloniais:** Inconfidência Mineira – 1789 (elitista), Inconfidência Baiana – 1798 (popular) e Revolução Pernambucana de 1817 (devido à alta nos impostos para custear a Corte lusa);
- ▶ **guerras napoleônicas:** com o decreto do Bloqueio Continental, em 1806, contra a Inglaterra, ocorreu a fuga da Corte lusa para o Brasil e o início do denominado Período Joanino (1808-1821). Nesta fase teremos a urbanização do RJ, com a construção do Jardim Botânico, do Banco do Brasil, das primeiras instituições de ensino superior, etc. Também ocorreram a abertura dos portos em 1808 e os Tratados de 1810, que representaram o fim do pacto colonial e o início da dependência econômica para com a Inglaterra, além da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815;
- ▶ **a Revolução Liberal do Porto, em 1820**, que exigiu a volta de Dom João VI e a imediata recolonização do Brasil. Esse fato acentuou as divergências políticas no Brasil, com o surgimento de três correntes: Partido Português (favorável à recolonização); Partido Brasileiro (latifundiários favoráveis à independência, mas sem alterações estruturais na economia e na sociedade); e Partido Liberal Radical (setores urbanos defensores da independência acompanhada de mudanças substanciais, como o fim da escravidão);
- ▶ **a atuação das elites agrárias do Partido Brasileiro** que, em torno de Pedro, o príncipe regente, proclamaram a independência e mantiveram os seus interesses, como a monarquia, a agroexportação e o escravismo. Lembremos que não houve participação popular na independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.



Independência ou morte, de Pedro Américo (1888). A tela faz parte de um esforço na criação de heróis nacionais, conferindo uma cena gloriosa e heroica à independência, aspectos ausentes no ato executado por D. Pedro às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822.

Independência nas Américas

Independência dos EUA: A emancipação das 13 colônias inglesas (1776)

Na segunda metade do século XVIII, depois de fenômenos como a Guerra dos 7 Anos, a Revolução Industrial e a difusão dos ideais liberais do Iluminismo, a Inglaterra procurou tornar mais rígida sua exploração na América, mediante a criação de várias leis restritivas, como a **Lei do Açúcar e a Lei do Chá**. Os colonos reagiram com o I Congresso Continental da Filadélfia e, logo após, o II Congresso Continental, em que decidiram pela luta contra a Inglaterra, entregando o comando das tropas a George Washington.

Em 4 de julho de 1776 ficou pronta a Declaração de Independência. Após a expulsão dos ingleses em Yorktown, com auxílio francês, a guerra havia chegado ao fim. Procedeu-se, então, à construção dos EUA, com a redação da Constituição de 1787, fortemente influenciada pelo Iluminismo e pelo pensamento político de John Locke. A independência significou o exemplo pioneiro do rompimento do antigo sistema colonial.

As Independências na América Espanhola (XIX)

As contradições internas do sistema colonial e o avanço do capitalismo industrial não permitiram que a Espanha mantivesse suas colônias na América. No alvorecer do século XIX, os colonos espanhóis iniciaram os processos de luta pela emancipação. Entre os fatores que contribuíram diretamente para a explosão das lutas pela independência na América Espanhola, destacam-se: a difusão das ideias liberais, a ambição das elites locais coloniais (**criollos e caudilhos**), o domínio napoleônico sobre a Espanha e os interesses econômicos da Inglaterra e dos EUA (esse último decretou a Doutrina Monroe em 1823).

Os principais libertadores foram: Bolívar (projeto unificador); San Martín (Argentina); Bernardo O'Higgins (Chile), Antônio Sucre (Peru); Padres Hidalgo e Morelos (primeira fase no México); Iturbide (México) e, no Haiti, ocorreu a única independência realizada pelos escravos negros.

Brasil Monárquico: Formação do Estado e da Nação Brasileira

1º Império (1822-1831): formação do Estado brasileiro e reações ao autoritarismo

Após a independência, o novo governo brasileiro tratou de garantir o reconhecimento de nossa emancipação. Para tanto, reprimiu pequenos focos de resistência no nordeste e na Província Cisplatina. Externamente, garantiu o reconhecimento por meio de uma pesada indenização a Portugal.

A seguir, era preciso construir as estruturas políticas do novo Estado. Para tanto, **D. Pedro I convocou uma Assembleia Constituinte**, composta por membros do Partido Brasileiro e do Partido Português. Com a maioria na Assembleia, os brasileiros, sobretudo latifundiários, aprovaram um anteprojeto de Constituição que estabelecia: voto censitário – era necessária uma renda mínima de 150 alqueires de mandioca para poder votar e ser votado; aversão aos estrangeiros e supremacia do legislativo sobre o executivo. Este projeto ficou conhecido como a “**Constituição da Mandioca**”.

D. Pedro I, vendo seus poderes restringidos, dissolve a Assembleia, que é cercada por soldados na noite de 11 para 12 de novembro – era a “**Noite da Agonia**”. A partir de então, os portugueses conduzem a formação de uma nova Assembleia e D. Pedro I outorga a primeira Constituição do Brasil em 1824. Esta teve por características: voto censitário, **quatro poderes (Moderador)**, padroado e centralização do poder no Imperador.

Contra o excessivo centralismo desta constituição, eclodiu a **Confederação do Equador**, em 1824, sendo essa uma revolta separatista ocorrida no nordeste como reação à outorga da Constituição de 1824. Acabou violentamente reprimida.

A abdicação de D. Pedro I

Após o massacre da Confederação do Equador e da imposição da Constituição de 1824, D. Pedro I foi perdendo, progressivamente, a imagem de herói da independência. Aos poucos, os brasileiros sentiam um **governo autoritário e repressor**, que gerava descontentamentos.

Vários fatores contribuíram para a perda de popularidade do imperador e sua consequente abdicação de D. Pedro I em 1831:

- ▶ autoritarismo;
- ▶ violência, repressão e censura;
- ▶ gastos financeiros desnecessários, como os despendidos na Guerra Cisplatina;
- ▶ impopularidade e hostilidades para com o Imperador;
- ▶ a “Noite das Garrafadas”;
- ▶ demissão do Ministério Brasileiro.

Em 1831, D. Pedro I abdicava em favor do filho de 5 anos de idade.



Fase Regencial (1831-1840)

Após a abdicação de D. Pedro I, diante da menoridade de Pedro II, o Brasil seria governado por regentes. A princípio nomeou-se uma **Regência Trina Provisória (1831)**, que readmitiu o Ministério Popular, suspendeu o poder moderador e elegeu a **Regência Trina Permanente (1831-1835)**. Nesta fase, destaca-se a figura do ministro da justiça, padre Feijó. Feijó foi responsável por inúmeras medidas, entre elas a criação da **Guarda Nacional**, (embrião dos "coronéis" latifundiários), e do Código de Processo Criminal. Ela, a Guarda Nacional, só foi extinta em 1922.

As divergências políticas também se acentuavam, com a evolução de vários grupos políticos. Em **1834**, foi aprovado o **Ato Adicional** que estipulava: a criação do município neutro, o RJ; a criação da Regência Una; a criação das assembleias provinciais; a manutenção da monarquia hereditária e a suspensão do poder moderador e do Conselho de Estado.

Em **1835**, iniciou-se a **Regência Una de padre Feijó**, de tendência liberal. Estouraram várias rebeliões, como a Cabanagem, a Farroupilha e a Sabinada; Feijó renunciou em 1837.

Em **1838**, assumiu o poder a **Regência Una de Araújo Lima**, de caráter conservador. Governou de forma centralizada, criou o Ministério das Capacidades e enfrentou mais uma revolta, a Balaiada. Houve, ainda, a criação do Colégio D. Pedro II no RJ e do Instituto Histórico e Geográfico. Como a turbulência política não cessava e continuavam as revoltas, forjou-se o pensamento de que o Brasil somente se pacificaria com a posse de D. Pedro II. Aproveitando-se disso, os liberais desfecharam o **Golpe da Maioridade**, antecipando a maioridade de Pedro II e nomeando-o imperador aos 15 anos de idade.

Partidos políticos

- ▶ **Restauradores:** portugueses que defendiam a volta de D. Pedro I.
- ▶ **Liberal Moderado:** mais tarde Regressista, era formado pelas elites agrárias, sobretudo do RJ. Defendia a centralização política. Em seguida formaria o Partido Conservador.
- ▶ **Liberal Exaltado:** mais tarde Progressista, era composto pelas elites agrárias e setores urbanos. Defendia o federalismo, ou seja, a descentralização política e maior autonomia para as províncias. Formaria, na transição para o Império, o Partido Liberal.

Revoltas regenciais

- ▶ **Revolta dos Malês (BA - 1835):** revolta dos escravizados islâmicos na Bahia. Foi reprimida pelas autoridades e senhores de escravizados.
- ▶ **Cabanagem (PA - 1835/1840):** tipicamente popular. Os rebeldes tomaram Belém e proclamaram a independência. Acabaram derrotados.
- ▶ **Sabinada (BA - 1837/1838):** contou, principalmente, com a participação dos setores médios, insatisfeitos com a perda da autonomia provincial e o recrutamento forçado para o exército. Propunham a instalação de uma república temporária na Bahia.
- ▶ **Balaiada (MA - 1838/1841):** revolta nitidamente popular, em que os rebeldes tomaram Caxias e avançaram para São Luís. No entanto, as lideranças não se entendiam, e o movimento foi derrotado.
- ▶ **Revolução Farroupilha (RS - 1835/1845):** também conhecida como a Revolta dos Farrapos, apresenta uma série de fatores motivadores, por exemplo: o descaso do governo central com a província do Rio Grande e com os sul-riograndenses; a insatisfação histórica dos sul-riograndenses com o papel reservado ao RS na política do RJ, ou seja, de mero defensor de uma fronteira distante; a incapacidade da economia sulina de se adaptar ao novo cenário capitalista que se delineava, pois o RS dependia da exportação do charque produzido, ainda, com mão de obra escravizada; a concorrência do charque platino, que pagava baixos impostos para entrar no Brasil e era de melhor qualidade e a nomeação de um presidente de província que desagradou as elites estancieiras.

A revolta teve início quando Bento Gonçalves tomou Porto Alegre, depondo o presidente da província. No ano seguinte foi proclamada a independência do RS, sob o nome de República Rio-Grandense com capital em Piratini. A seguir, a revolta espalhou-se para Santa Catarina, com o auxílio do italiano Garibaldi, onde David Canabarro proclamou a República Juliana. Perceba que as elites lideraram a revolução, manipulando os escravos e pobres de acordo com seus interesses. A revolução acabou com uma Paz Honrosa, tratada na Paz de Ponche Verde, em que os estancieiros tiveram a maioria de seus interesses garantidos e o RS continuava a fazer parte do território nacional.

II Reinado e as modificações estruturais (1840-1889)

Com a antecipação da maioria de D. Pedro II iniciava-se o II Reinado no Brasil. Internamente, tivemos uma nova centralização política e a habilidade de D. Pedro II em manobrar entre o Partido Liberal e o Conservador. Dessa fase destacam-se:

- ▶ as elites agrárias, que se aglutinavam no **Partido Liberal** (federalismo) e no **Partido Conservador** (centralismo). Ambos defendiam a escravidão e a agroexportação;
- ▶ **“as eleições do cacete”** (violência praticada por Liberais e Conservadores nas eleições);
- ▶ a **Política da Conciliação** (composição do Ministério tanto por Liberais quanto por Conservadores);
- ▶ o **Parlamentarismo às avessas** (o oposto do modelo inglês);
- ▶ as **revoltas liberais de 1842** (RJ, SP e MG);
- ▶ a **Revolução Praieira de 1848**, em Pernambuco (rebelião liberal, centrada no Partido da Praia, com destaque para o Manifesto ao Mundo, o qual expunha reivindicações políticas, econômicas e sociais).

O café e o surto industrial

Predominou a agroexportação, sendo o principal produto o café. Este era produzido em duas áreas:

- ▶ **Vale do Paraíba (RJ):** zona mais antiga, com tecnologias precárias e mão de obra escravizada.
- ▶ **Oeste Paulista:** zona mais moderna, com tecnologia do período e mão de obra imigrante.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por mudanças em sua infraestrutura produtiva, das quais salientam-se a **transição da mão de obra escravizada para livre e o surto industrial**, ou seja, a modernização capitalista. Vários fatores explicam essas mudanças, mas merecem destaque:

- ▶ **Tarifa Alves Branco de 1844:** elevava as tarifas de importação, prejudicando os exportadores ingleses e, indiretamente, beneficiando a aplicação de capitais nacionais na indústria.
- ▶ **Decreto do Bill Aberdeen de 1845:** a Inglaterra proibia o tráfico internacional de escravizados, por meio do confisco de navios negreiros.
- ▶ **Lei Eusébio de Queiroz de 1850:** decretava o fim do tráfico atlântico de escravizados, mesmo que ocorresse clandestinamente. Com isso, temos o incentivo à imigração no Brasil, pela carência de mão de obra nos cafezais, uma vez que o escravizado era, então, uma mercadoria ilegal.
- ▶ **Sistemas de imigração:** Imigração de Parceria (1847) e Imigração Subvencionada (1870). A partir desses incentivos temos a entrada maciça de imigrantes no Brasil que, gradativamente, vão substituindo a mão de obra escrava. Alguns imigrantes direcionam-se para o sul, onde fundaram colônias.
- ▶ **Surto industrial do século XIX:** com a transição da mão de obra, os capitais excedentes do café são direcionados para outras atividades econômicas, como a indústria. O maior investidor do período foi o Barão de Mauá – “Era Mauá”.
- ▶ **Lei de Terras de 1850:** estabelecia que a posse de terras devolutas ocorreria apenas pela compra, favorecendo a concentração fundiária.

A transição da mão de obra seria consolidada pelas leis abolicionistas e, em definitivo, com a Lei Áurea de 1888. Lembremos das leis abolicionistas: Lei Eusébio de Queiroz de 1850; Lei do Ventre Livre de 1871; Lei dos Sexagenários de 1885 e a abolição com a Lei Áurea de 1888.

Imigração

Total de imigrantes vindos para o Brasil, por nacionalidade (1819-1883)

							
223.626	96.018	62.327	15.337	8.835	8.404	8.008	7.289
Portugueses	Italianos	Alemães	Espanhóis	Russos	Austríacos	Franceses	Suíços



Guerra do Paraguai (1865-1870)

- ▶ Foi o conflito armado mais longo e sangrento ocorrido no continente latino-americano. De um lado, Brasil, Argentina e Uruguai, que formaram a **Tríplice Aliança** e tiveram o apoio da Inglaterra, que via na autossuficiência do Paraguai um mau exemplo para os outros países latino-americanos, e de outro, o Paraguai.
- ▶ Em 1862, assumiu o governo no Paraguai **Francisco Solano López**, que incentivou a produção interna na agricultura e na manufatura. A economia paraguaia encaminhava-se para uma situação de autonomia. O país vivia bons momentos, apesar da ditadura de López. Exemplificam a situação paraguaia às vésperas da guerra:
 - ▶ a balança comercial era sempre favorável;
 - ▶ a moeda era forte e estável;
 - ▶ o índice de analfabetismo era muito baixo, próximo de zero.
- ▶ Quando o **governo brasileiro ocupou o Uruguai** (1864), o Paraguai rompeu relações com o Brasil, principalmente porque tinha com Aguirre um acordo de defesa mútua. Outro motivo foi a procura de uma saída para o mar, que os argentinos de Buenos Aires não estavam dispostos a dar.
- ▶ Em janeiro de 1869, os aliados ocuparam Assunção. Em 1870, na planície de Cerro Cora, **é morto o líder Solano López**. Suas últimas palavras foram: "*Morro com minha pátria*", o que não era exagero, pois antes da guerra a população do Paraguai era de aproximadamente 800 mil habitantes e, depois da guerra, essa população reduziu-se a 194 mil habitantes.

A abolição da escravatura

A abolição foi perpetrada após um longo processo de lutas antiescravistas, de pressões da Inglaterra e das novas exigências do capitalismo internacional.

Além das leis abolicionistas, é importante **frisar o papel desempenhado pelos próprios escravizados na sua luta cotidiana pela liberdade**, a ação de intelectuais e políticos como Castro Alves e Joaquim Nabuco. Este advogava que a abolição deveria ser acompanhada de uma política social de inclusão do ex-escravizado à sociedade, por exemplo, com a concessão de lotes de terra às famílias. No entanto, **a abolição não conferiu direitos de cidadania aos negros**, fato que estimula as lutas atuais de comunidades remanescentes de quilombolas pela posse de terras e combate ao racismo.

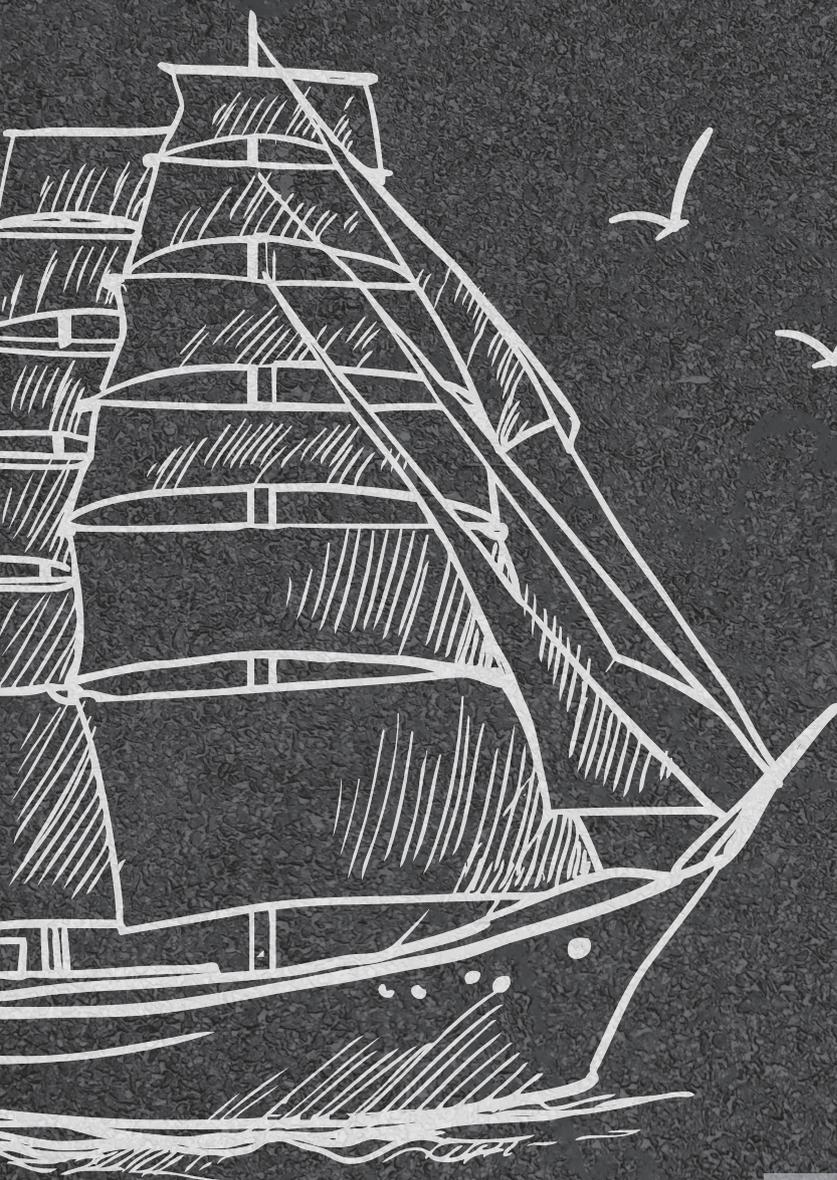
Atualmente, o Estado brasileiro é sensível a essa questão, como atesta uma política social de inclusão social, uma ação afirmativa, na denominada reserva de cotas para negros nos concursos públicos e na educação.

Decadência do Império e proclamação da República

A partir de 1870, começa a decadência do Segundo Reinado. A crise do império brasileiro resultou de fatores econômicos, sociais e políticos, que favoreceram o movimento republicano de 1889. Dentre eles, salientamos:

- ▶ **Questão escravista:** com a abolição, em 1888, os latifundiários deixam de apoiar o Império;
- ▶ **Questão Militar:** conflitos entre o Exército, que pregava a República e a abolição, e o imperador;
- ▶ **Questão Religiosa:** conflitos entre a Igreja e o Império em função dos maçons católicos;
- ▶ **o reflorescimento do ideal republicano** a partir de 1870/73, com a publicação do Manifesto Republicano, e a fundação do Partido Republicano;
 - ▶ a ascensão econômica da burguesia cafeeira do Oeste paulista;
 - ▶ a sucessão do trono Imperial, com a não aceitação da opinião pública da princesa Isabel, por ser casada com um príncipe estrangeiro (Conde D'Eu);
 - ▶ influência do Positivismo (Augusto Comte) pregado por Benjamin Constant no exército.

Em 15/11/1889 os militares proclamaram a República no Brasil, sem participação popular, mais uma vez.



HISTÓRIA GERAL

HABILIDADES À PROVA 1

» Mundo Moderno II – Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão burguesa

○ 1. (ENEM) Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que é indispensável convocar com frequência os Parlamntos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis.

Declaração de Direitos. Disponível em: disciplinas.stoa.usp.br. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) redução da influência do papa - Teocracia
- b) limitação do poder do soberano - Absolutismo
- c) ampliação da dominação da nobreza - República
- d) expansão da força do presidente - Parlamentarismo
- e) restrição da competência do congresso - Presidencialismo

○ 2. (ENEM)

TEXTO I

“Macaulay enfatizou o glorioso acontecimento representado pela luta do Parlamento contra Carlos I em prol da liberdade política e religiosa do povo inglês; significou o primeiro confronto entre a liberdade e a tirania real, primeiro combate em favor do Iluminismo e do Liberalismo.”

(ARRUDA, J. J. A. Perspectiva da Revolução Inglesa. Rev. Bras. Hist. n. 7, 1984 (adaptado).)

TEXTO II

“A Revolução Inglesa, como todas as revoluções, foi causada pela ruptura da velha sociedade, e não pelos desejos da velha burguesia. Na década de 1640, camponeses se revoltaram contra os cercamentos, tecelões contra a miséria resultante da depressão e os crentes contra o Anticristo a fim de instalar o reino de Cristo na Terra.”

(HILL, C. Uma revolução burguesa? Rev. Bras. Hist. n. 7, 1984 (adaptado).)

A concepção de Revolução Inglesa apresentada no Texto II diferencia-se da do Texto I ao destacar a existência de:

- a) pluralidade das demandas sociais.
- b) homogeneidade das lutas religiosas.
- c) unicidade das abordagens históricas.
- d) superficialidade dos interesses políticos.
- e) superioridade dos aspectos econômicos.

○ 3. (ENEM) Numa época de revisão geral, em que valores são contestados, reavaliados, substituídos e muitas vezes recriados, a crítica tem papel preponderante. Essa, de fato, é uma das principais características das Luzes, que, recusando as verdades ditadas por autoridades, submetem tudo ao crivo da crítica.

KANT, I. O julgamento da razão. In: ABRÃO, B. S. (Org.) História da Filosofia. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O Iluminismo tece críticas aos valores estabelecidos sob a rubrica da autoridade e, nesse sentido, propõe:

- a) a defesa do pensamento dos enciclopedistas que, com seus escritos, mantinham o ideário religioso.

b) o estímulo da visão reducionista do humanismo, permeada pela defesa de isenção em questões políticas e sociais.

c) a consolidação de uma visão moral e filosófica pautada em valores condizentes com a centralização política.

d) a manutenção dos princípios da metafísica, dando vastas esperanças de emancipação para a humanidade.

e) o incentivo do saber, eliminando superstições e avançando na dimensão da cidadania e da ciência.

○ 4. (ENEM) O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se aliavam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

No ambiente cultural do Antigo Regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a:

- a) aproximação entre inovação e saberes antigos.
- b) conciliação entre revelação e metafísica platônica.
- c) vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
- d) separação entre teologia e fundamentalismo religioso.
- e) contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento.

○ 5. (ENEM) Uma privatização do espaço maior do que aquela proporcionada pelo quarto evidenciava-se cada vez mais nos séculos XVII e XVIII. Como as ruelles [espaço entre a cama e a parede], as alcovas são espaços além do leito, longe da porta que dá acesso à sala (ou à antecâmara, nas casas da elite). Thomas Jefferson, tecnólogo do estilo século XVIII, mandou construir uma parede em torno de sua cama a fim de fechar completamente o pequeno cômodo além do leito — cômodo no qual só ele podia entrar, descendo da cama do lado da ruelle.

RANUM, O. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, R. (Org.) História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

A partir do século XVII, a história da casa, que foi se modificando para atender aos novos hábitos dos indivíduos, provocou o(a):

- a) ampliação dos recintos.
- b) iluminação dos corredores.
- c) desvalorização da cozinha.
- d) embelezamento dos jardins.
- e) especialização dos aposentos.

Anotações:



○ 6. (ENEM) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU, B. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

○ 7. (ENEM) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

Anotações:

○ 9. (ENEM) Havia já muito tempo que a Europa desfrutava os benefícios da vacina e arrancava à morte milhares de inocentes, condenados a serem vítimas do terrível flagelo das bexigas, e o governo de Portugal nunca se lembrara de transmitir ao Brasil a mais útil das descobertas humanas, quando aliás nenhum país mais do que ele carecia deste salutar invento ou se atendesse às vantagens da população ou ao perdimento de imensas somas na mortandade contínua de escravos, que este flagelo devorava. O certo é que mais ocupado de seu ouro que de seus habitantes, Portugal, como em outros muitos casos, esperou que o Brasil por seu próprio impulso remediasse a este mal.

PEREIRA, J. C. 12 jan. 1828 apud LOPES, M. B.; POLITO, R. Para uma história da vacina no Brasil: um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, n. 2, abr.-jun. 2007 (adaptado).

Escrito em 1828, o texto expressa a seguinte ideia de origem iluminista:

- a) As leis observáveis regem o mundo material.
- b) O monarca racional promove a sociedade justa.
- c) O direito natural justifica a liberdade dos homens.
- d) A produção da terra garante a riqueza das nações.
- e) A responsabilidade dos governantes assegura a saúde dos povos

○ 9. (ENEM) “[...] Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; [...]”

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho, à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada, e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Entre essas afirmações, apenas:

- a) I está correta.
- b) II está correta.
- c) III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I e III estão corretas.

Anotações:

○ 10. (ENEM)



Cenas do filme *Tempos Modernos (Modern Times)*, EUA, 1936, Direção: Charles Chaplin, Produção: Continental.

A figura representada por Charles Chaplin critica o modelo de produção do início do século XX, nos Estados Unidos da América, que se espalhou por diversos países e setores da economia e teve como resultado:

- a) a subordinação do trabalhador à máquina, levando o homem a desenvolver um trabalho repetitivo.
- b) a ampliação da capacidade criativa e da polivalência funcional para cada homem em seu posto de trabalho.
- c) a organização do trabalho que possibilitou ao trabalhador o controle sobre a mecanização do processo de produção.
- d) o rápido declínio do absentismo, o grande aumento da produção conjugado com a diminuição das áreas de estoque.
- e) as novas técnicas de produção que provocaram ganhos de produtividade, repassados aos trabalhadores como forma de eliminar as greves.

○ 11. (ENEM) As relações sociais, produzidas a partir da expansão do mercado capitalista – e o sistema de fábrica é seu “estágio superior” –, tornaram possível o desenvolvimento de uma determinada tecnologia, isto é, aquela que supõe a priori a expropriação dos saberes daqueles que participam do processo de trabalho. Nesse sentido, foi no sistema de fábrica que uma dada tecnologia pôde se impor, não apenas como instrumento para incrementar a produtividade do trabalho, mas, muito principalmente, como instrumento para controlar, disciplinar e hierarquizar esse processo de trabalho.

DECCA, E. S. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (fragmento).

Mais do que trocar ferramentas pela utilização de máquinas, o capitalismo, por meio do “sistema de fábrica”, expropriou o trabalhador do seu “saber fazer”, provocando, assim:

- a) a desestruturação de atividades lucrativas praticadas pelos artesãos ingleses desde a Baixa Idade Média.

- b) a divisão e a hierarquização do processo laboral, que ocasionaram o distanciamento do trabalhador do seu produto final.
- c) o movimento dos trabalhadores das áreas urbanas em direção às rurais, devido à escassez de postos de trabalho nas fábricas.
- d) a organização de grupos familiares em galpões para elaboração e execução de manufaturas que seriam comercializadas.
- e) a associação da figura do trabalhador à do assalariado, fato que favorecia a valorização do seu trabalho e a inserção no processo fabril.

○ 12. (ENEM) Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?

Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor – ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. *Os homens da Inglaterra*. Apud HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada:

- a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

○ 13. (ENEM) A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado).

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:

- a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
- d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.



○ **14. (ENEM)** A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (adaptado).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

○ **15. (ENEM)** A Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX e início do século XX, nos EUA, período em que a eletricidade passou gradativamente a fazer parte do cotidiano das cidades e a alimentar os motores das fábricas, caracterizou-se pela administração científica do trabalho e pela produção em série.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L. *A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicanálise do trabalho e da sociologia do trabalho*. Psicologia e Sociedade, n. 1, abr. 2007.

De acordo com o texto, na primeira metade do século XX, o capitalismo produziu um novo espaço geoeconômico e uma revolução que está relacionada com a:

- a) proliferação de pequenas e médias empresas, que se equiparam com as novas tecnologias e aumentaram a produção, com aporte do grande capital.
- b) técnica de produção fordista, que instituiu a divisão e a hierarquização do trabalho, em que cada trabalhador realizava apenas uma etapa do processo produtivo.
- c) passagem do sistema de produção artesanal para o sistema de produção fabril, concentrando-se, principalmente, na produção têxtil destinada ao mercado interno.
- d) independência política das nações colonizadas, que permitiu igualdade nas relações econômicas entre os países produtores de matérias-primas e os países industrializados.
- e) constituição de uma classe de assalariados, que possuíam como fonte de subsistência a venda de sua força de trabalho e que lutavam pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas.

○ **16. (ENEM)** Os cercamentos do século XVIII podem ser considerados como sínteses das transformações que levaram à consolidação do capitalismo na Inglaterra. Em primeiro lugar, porque sua especialização exigiu uma articulação fundamental com o mercado. Como se concentravam na atividade de produção de lã, a realização da renda dependeu dos mercados, de novas tecnologias de beneficiamento do produto e do emprego de novos tipos de ovelhas. Em segundo lugar, concentrou-se na inter-relação do campo com a cidade e, em um primeiro momento, também se vinculou à liberação de mão de obra.

RODRIGUES, A. E. M. *Revoluções burguesas*. In: REIS FILHO, D. A. et al (orgs.). *O Século X. V. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (adaptado).

Outra consequência dos cercamentos que teria contribuído para a Revolução Industrial na Inglaterra foi o:

- a) aumento do consumo interno.
- b) congelamento do salário mínimo.
- c) fortalecimento dos sindicatos proletários.
- d) enfraquecimento da burguesia industrial.
- e) desmembramento das propriedades improdutivas.

○ **17. (ENEM)** Até o século XVII, as paisagens rurais eram marcadas por atividades rudimentares e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial, porém, sobretudo com o advento da revolução tecnológica, houve um desenvolvimento contínuo do setor agropecuário.

São, portanto, observadas consequências econômicas, sociais e ambientais inter-relacionadas no período posterior à Revolução Industrial, as quais incluem:

- a) a erradicação da fome no mundo.
- b) o aumento das áreas rurais e a diminuição das áreas urbanas.
- c) a maior demanda por recursos naturais, entre os quais os recursos energéticos.
- d) a menor necessidade de utilização de adubos e corretivos na agricultura.
- e) o contínuo aumento da oferta de emprego no setor primário da economia, em face da mecanização.

○ **18. (ENEM)** Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é como as pessoas vão consumir essas unidades adicionais de tempo de lazer, mas que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre. Mas se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

A partir da reflexão do historiador, um argumento contrário à transformação promovida pela Revolução Industrial na relação dos homens com o uso do tempo livre é o(a):

- a) intensificação da busca do lucro econômico.
- b) flexibilização do período de férias trabalhistas.
- c) esquecimento das formas de sociabilidade tradicionais.
- d) aumento das oportunidades de confraternização familiar.
- e) multiplicação das possibilidades de entretenimento virtual.

Anotações:



○ 19. (ENEM)

TEXTO I

Os aparecimentos da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala, representando um aumento tremendo na produção, abrindo caminho na direção dos lucros, resultado do aumento da procura. Eram forças abrindo um novo mundo.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 (adaptado).

TEXTO II

Os edifícios das fábricas adaptavam-se mal à concentração de numerosa mão de obra, reunida para longos dias de trabalho, numa situação árdua e insalubre. O trabalho nas fábricas destruiu o sistema doméstico de produção. Homens, mulheres e crianças deixavam os lugares onde moravam para trabalhar em diferentes fábricas.

LEITE, M. M. *Iniciação à história social contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980 (adaptado).

As estratégias empregadas pelos textos para abordar o impacto da Revolução Industrial sobre as sociedades que se industrializavam são, respectivamente:

- a) ressaltar a expansão tecnológica e deter-se no trabalho doméstico.
- b) acentuar as inovações tecnológicas e priorizar as mudanças no mundo do trabalho.
- c) debater as consequências sociais e valorizar a reorganização do trabalho.
- d) indicar os ganhos sociais e realçar as perdas culturais.
- e) minimizar as transformações sociais e criticar os avanços tecnológicos.

○ 20. (ENEM) Os principais distúrbios começaram em Nottingham, em 1811. Uma grande manifestação de malharistas, gritando por trabalho e por um preço mais liberal, foi dissolvida pelo exército. Naquela noite, sessenta armações de malha foram destruídas na grande vila de Arnold por amotinados que não tomaram nenhuma precaução em se disfarçar e foram aplaudidos pela multidão.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (fragmento).

Esse texto diz respeito à nova realidade socioeconômica da Inglaterra implantada a partir da Revolução Industrial. A principal consequência para os trabalhadores, nas primeiras décadas do século XIX, manifestou-se por meio:

- a) de petições enviadas ao Parlamento inglês na defesa de direitos coletivos.
- b) do descontentamento pelo aumento de preços dos alimentos básicos e moradia.
- c) da conquista de direitos trabalhistas pela atuação combativa dos sindicatos.
- d) da destruição de máquinas que deterioravam as condições de vida e de trabalho.
- e) da vitória sobre a burguesia, com a redução da jornada de trabalho para oito horas.

○ 21. (ENEM) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e a grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes, em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX, e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início do século XX, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

- a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

○ 22. (ENEM) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. *Prefácio à Crítica da economia política*. In: MARX, K. ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que:

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

Anotações:



○ **23. (ENEM)** O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.

HOBBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a “confiança” dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a “necessidade da mobilização permanente”, trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que:

- a) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.
- b) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.
- c) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.
- d) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.
- e) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

○ **24. (ENEM)**

TEXTO I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

TEXTO II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (adaptado).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- a) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada - Conflituosa, exemplificada pela luta de classes
- b) Heterogênea, favorável à propriedade privada - Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns
- c) Igualitária, baseada na filantropia - Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas
- d) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam - Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses
- e) Libertária, em defesa da razão humana - Contraditória, na qual vigora o estado de natureza

○ **25. (ENEM)** Em nosso país, queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. *Revolução Francesa e Vida Privada*. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

○ **26. (ENEM)** Fala-se muito, nos dias de hoje, em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a:

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

Anotações:



○ 27. (ENEM)

TEXTO I

O Estado sou eu.

Frase atribuída a Luís XIV, Rei Sol, 1638-1715. Disponível em: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2011.

TEXTO II

A nação é anterior a tudo. Ela é a fonte de tudo. Sua vontade é sempre legal; na verdade é a própria lei.

SIEYÈS, E.-J. O que é o Terceiro Estado. Apud. ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do hábito nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Os textos apresentados expressam alteração na relação entre governantes e governados na Europa. Da frase atribuída ao rei Luís XIV até o pronunciamento de Sieyès, representante das classes médias que integravam o Terceiro Estado Francês, infere-se uma mudança decorrente da:

- a) ampliação dos poderes soberanos do rei, considerado guardião da tradição e protetor de seus súditos e do Império.
- b) associação entre vontade popular e nação, composta por cidadãos que dividem uma mesma cultura nacional.
- c) reforma aristocrática, marcada pela adequação dos nobres aos valores modernos, tais como o princípio do mérito.
- d) organização dos Estados centralizados, acompanhados pelo aprofundamento da eficiência burocrática.
- e) crítica ao movimento revolucionário, tido como ilegítimo em meio à ascensão popular conduzida pelo ideário nacionalista.

○ 28. (ENEM)

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

“Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.”

(Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado))

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- a) manutenção das terras comunais.
- b) supressão do poder constituinte.
- c) falência da sociedade burguesa.
- d) paridade do tratamento jurídico.
- e) abolição dos partidos políticos.

Anotações:

○ 29. (ENEM) Algumas transformações que antecedem a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765, surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus padrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o *Dicionário da Academia Francesa* oficializou a utilização da palavra *restaurant* com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra *restaurant* ilustra:

- a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

○ 30. (UFSM) Analise os textos:

Com todas as suas deficiências, as primeiras Leis Fabris [Grã-Bretanha, 1802 e 1819] foram os primeiros direitos sociais legalmente conquistados na era do capitalismo industrial. A limitação da idade para o trabalho infantil e da jornada de trabalho para crianças e adolescentes são intervenções significativas do Estado no funcionamento [...] do mercado de trabalho. Essas leis declaram que a liberdade de contratar não é ilimitada e que o limite é a pessoa humana, cuja integridade física e mental tem de ser preservada.

Fonte: SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, J. (org.). SP: Contexto, 2010, p. 222.

A partir do texto, assinale a alternativa correta.

- a) Interessados na integridade e bem-estar dos trabalhadores, os industriais e o Estado britânico, desde cedo, favoreceram uma ampla legislação trabalhista.
- b) Desde a Revolução Industrial, os capitães de indústrias se preocupam com a implantação de uma legislação trabalhista estabelecida pelo Estado, pois só assim se concretizam os ideais do liberalismo.
- c) As leis que asseguram limites às relações de trabalho são importantes para o movimento operário, porém, historicamente, não garantiram a sua efetivação, exigindo a mobilização dos trabalhadores.
- d) Do ponto de vista do movimento operário, desde o início da Revolução Industrial, era importante defender a livre contratação dos empregados pelos patrões, assim como a não intermediação do Estado nas negociações salariais.
- e) Os interesses do Capital e os do Trabalho foram harmonizados pelo Estado britânico, tendo em vista os preceitos liberais quanto à intervenção estatal na esfera das relações trabalhistas.



○ 31. (UFSM) Analise os textos:

A indústria foi modernizada na Inglaterra, durante o século XIX, mas os velhos métodos de exploração do trabalho não mudaram: as jornadas de trabalho foram prolongadas e os salários diminuídos, fazendo crescer os lucros, especialmente nas minas de carvão, com o trabalho infantil. Os escrúpulos humanitários resumiram-se às casas para trabalhadores desvalidos, sobre as quais escreveu Charles Dickens, em *Oliver Twist*: 'os pobres têm duas escolhas, morrer de fome lentamente se permanecem no depósito, ou de repente, se saem de lá'.

Fonte: ARRUDA, J. *Nova História Moderna e Contemporânea*. Bauru, SP : Edusc, 2005, v. 2, p. 40.

Quando examinei as três cabanas de barro que servem de hospital aos nativos em Leopoldville, todas deterioradas e duas com o teto de palha praticamente destruído, encontrei dezessete pacientes com doença do sono, homens e mulheres, jogados na pior sujeira. A maioria jazia no chão nu - muitos do lado de fora, em frente às casas e, pouco antes da minha chegada, uma mulher em estágio final de insensibilidade tinha caído no fogo e se queimado horrivelmente.

Fonte: FÁRIA, R.; MIRANDA, M.; CAMPOS, H. *Estudos de História*, 2. São Paulo: FTD, 2009, p. 178. (adaptado)

Os textos relatam duas manifestações do(a)

- a) racismo dos europeus em relação aos nativos africanos.
- b) espoliação dos trabalhadores na etapa imperialista do capitalismo.
- c) falência das políticas assistenciais propostas pelos socialistas.
- d) despreparo das autoridades para lidar com moléstias pouco conhecidas.
- e) insuficiência da missão civilizadora restringida à dimensão religiosa.



HABILIDADES À PROVA 2

» Mundo contemporâneo I – século XIX

○ 1. (ENEM)



DAVID, J.-L. A coroação de Napoleão (detalhe). Óleo sobre tela, 621 x 979 cm. Louvre, França, 1807.

O gesto representado no quadro simboliza uma diferença entre o império napoleônico e a monarquia absolutista, por:

- a) reduzir a autoridade do clero.
- b) instaurar a censura da imprensa.
- c) controlar a organização judiciária.
- d) suspender as pensões da nobreza.
- e) desprezar a propriedade privada.

○ 2. (ENEM) É uma mudança profunda na estrutura social, isto é, uma transformação que atinge todos os níveis da realidade social: o econômico, o político, o social e o ideológico. Uma revolução é uma luta entre forças de transformação e forças de conservação de uma sociedade. Quando ocorre uma revolução, a vida das pessoas sofre uma mudança radical no próprio dia a dia.

AQUINO, R. S. L. et al. *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999 (fragmento).

Na França, em 1871, após a derrota de Napoleão III na guerra contra a Rússia e a presidência de Louis Adolphe Thiers, os trabalhadores franceses organizaram uma rebelião que levou à tomada de Paris e à organização de um governo popular, denominado de Comuna de Paris. Esse processo é considerado como uma importante experiência política, porque:

- a) extinguiu definitivamente o voto censitário e instituiu o voto por categoria profissional.
- b) foi a mais duradoura experiência de governo popular na História contemporânea.
- c) criou um Estado dos trabalhadores formado por comunas livres e autônomas.
- d) definiu um Estado voltado para atender aos interesses de todas as classes sociais.
- e) substituiu o exército por milícias comandadas pelos antigos generais, mas subordinadas ao poder das comunas.

○ 3. (ENEM) Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido massacrada, sufocada no sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, tornou-se ainda mais viva, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário sobretudo porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado.

BAKUNIN, M. apud SAMIS, A. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

A Comuna de Paris despertou a reação dos setores sociais mencionados no texto, porque:

- a) instituiu a participação política direta do povo.
- b) consagrou o princípio do sufrágio universal.
- c) encerrou o período de estabilidade política europeia.
- d) simbolizou a vitória do ideário marxista.
- e) representou a retomada dos valores do liberalismo

○ 4. (ENEM) A Inglaterra deve governar o mundo porque é a melhor; o poder deve ser usado; seus concorrentes imperiais não são dignos; suas colônias devem crescer, prosperar e continuar ligadas a ela. Somos dominantes, porque temos o poder (industrial, tecnológico, militar, moral), e elas não; elas são inferiores; nós, superiores, e assim por diante.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995 (adaptado).

O texto reproduz argumentos utilizados pelas potências europeias para dominação de regiões na África e na Ásia, a partir de 1870. Tais argumentos justificavam suas ações imperialistas, concebendo-as como parte de uma:

- a) cruzada religiosa.
- b) catequese cristã.
- c) missão civilizatória.
- d) expansão comercial ultramarina.
- e) política exterior multiculturalista.

○ 5. (ENEM) Em busca de matérias-primas e de mercados por causa da acelerada industrialização, os europeus retalharam entre si a África. Mais do que alegações econômicas, havia justificativas políticas, científicas, ideológicas e até filantrópicas. O rei belga Leopoldo II defendia o trabalho missionário e a civilização dos nativos do Congo, argumento desmascarado pelas atrocidades praticadas contra a população.

NASCIMENTO, C. *Partilha da África: o assombro do continente mutilado*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 75, dez. 2011 (adaptado).

A atuação dos países europeus contribuiu para que a África – entre 1880 e 1914 – se transformasse em uma espécie de grande “colcha de retalhos”. Esse processo foi motivado pelo(a):

- a) busca de acesso à infraestrutura energética dos países africanos.
- b) tentativa de regulação da atividade comercial com os países africanos.
- c) resgate humanitário das populações africanas em situação de extrema pobreza.
- d) domínio sobre os recursos considerados estratégicos para o fortalecimento das nações europeias.
- e) necessidade de expandir as fronteiras culturais da Europa pelo contato com outras civilizações.



○ 6. (ENEM) Comparando as duas pinturas de Gérôme, no contexto da expansão imperialista do século XIX, a visão europeia do Outro associava-se a uma subjetividade:

Figura 1: Mulher europeia



GÉROME. *Retrato de uma dama*. 1849. Disponível em: www.jeanleongerome.org.

Figura 2: Mulher egípcia



GÉROME. *Almei com cachimbo*. 1873. Disponível em: <http://alloilpaint.com>.

- a) exótica e erotizada.
- b) romântica e heroica.
- c) ingênua e universal.
- d) racional e objetiva.
- e) passiva e aristocrática.

Anotações:

○ 7. (ENEM) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, “é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e, ao mesmo tempo, levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar”.

MÉRIGNHAC. *Précis de législation et d'économie coloniales*. Apud LINHARES, M. Y. *A luta contra a Metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de:

- a) dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
- b) compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
- c) formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
- d) reparar o atraso da Colônia mediante a incorporação dos hábitos da Metrópole.
- e) promover a elevação cultural da Colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

○ 8. (ENEM) Em dezembro de 1945, começou uma greve de dois meses no principal porto da África Ocidental Francesa, Dakar. As autoridades só conseguiram levar os grevistas de volta ao trabalho com grandes aumentos de salário e, o que é ainda mais importante, pondo em prática todo o aparato de relações industriais usado na França – em resumo, agindo como se os grevistas fossem modernos operários industriais.

COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (adaptado).

Durante o neocolonialismo, o trabalho forçado – que não se confunde com a escravidão – foi uma constante em diversas regiões do continente africano até o século XX. De acordo com o texto, sua superação deriva da:

- a) crítica moral da intelectualidade metropolitana.
- b) pressão articulada dos organismos multilaterais.
- c) resistência organizada dos trabalhadores nativos.
- d) concessão pessoal dos empresários imperialistas.
- e) baixa lucratividade dos empreendimentos capitalistas.

○ 9. (ENEM) “O fenômeno histórico conhecido como “tráfico de coolies” esteve associado diretamente ao período que vai do final da década de 1840 até o ano de 1874, quando milhares de chineses foram encaminhados principalmente para Cuba e Peru e muitos abusos no recrutamento de mão de obra foram identificados. O tráfico de coolies ou, em outros termos, o transporte por meios coativos de mão de obra de um lugar para outro, foi comparado ao tráfico africano de escravos por muitos periodistas e analistas do século XIX.”

(SANTOS, M. A. *Migrações e trabalho sob contato no século XIX*. História. n. 12, 2017.)

A comparação mencionada no texto foi possível em razão da seguinte característica:

- a) Oferta de contrato formal.
- b) Origem étnica dos grupos de trabalhadores.
- c) Conhecimento das tarefas desenvolvidas.
- d) Controle opressivo das vidas dos indivíduos.
- e) Investimento requerido dos empregadores.



○ 10. (UFSM)

A caricatura de Cecil Rhodes (1853-1902), o qual personificou as ambições do domínio britânico no continente africano, pode ser entendida no contexto histórico caracterizado pela:

- I. Segunda Revolução Industrial e pela busca de mercados consumidores de artigos manufaturados e fornecedores de matérias-primas.
- II. intenção altruísta de proteger os povos africanos, permitindo-lhes compartilhar os elementos da cultura europeia que não modificassem seu modo de vida tradicional.
- III. partilha da África na Conferência de Berlim (1884-1885), a fim de delimitar os territórios coloniais das potências europeias.
- IV. decisão de impedir que as disputas entre as metrópoles imperialistas gerassem conflitos em território africano e afetassem a vida de suas populações.

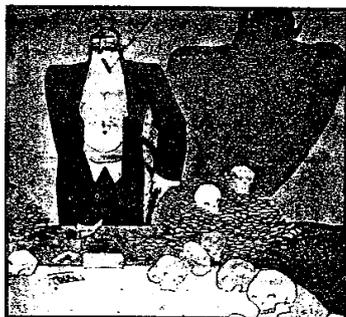


Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

○ 11. (UFSM)

Na caricatura alemã, o rei Leopoldo II, colonizador do Congo Belga, aparece cercado de crânios e dinheiro.



In: SARAIVA, José F. S. *Formação da África contemporânea*. São Paulo: Atual, 1987. p. 32.

Coletores de borracha mutilados, vítimas da dominação colonial no Congo Belga.



In: CANEDO, Leticia B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual; Campinas, UNICAMP, 1986.

As figuras expressam duas dimensões do processo histórico africano desde o século XIX.

Considerando esse processo, assinale V nas características verdadeiras ou F nas falsas.

- () A África adquiriu grande importância para a Europa no século XIX, devido às matérias-primas e aos alimentos que podia fornecer.
- () Muitos exploradores contribuíram para a expansão do poder europeu na África, ao efetivarem o que eles entendiam como missão civilizadora nas terras africanas.
- () A expansão do cristianismo na África contribuiu para humanizar o colonialismo europeu e proteger os povos nativos da ganância dos empresários.
- () A partilha da África em 1884-1885 representou um pacto das potências europeias para a preservação da integridade dos povos e das culturas nativas.

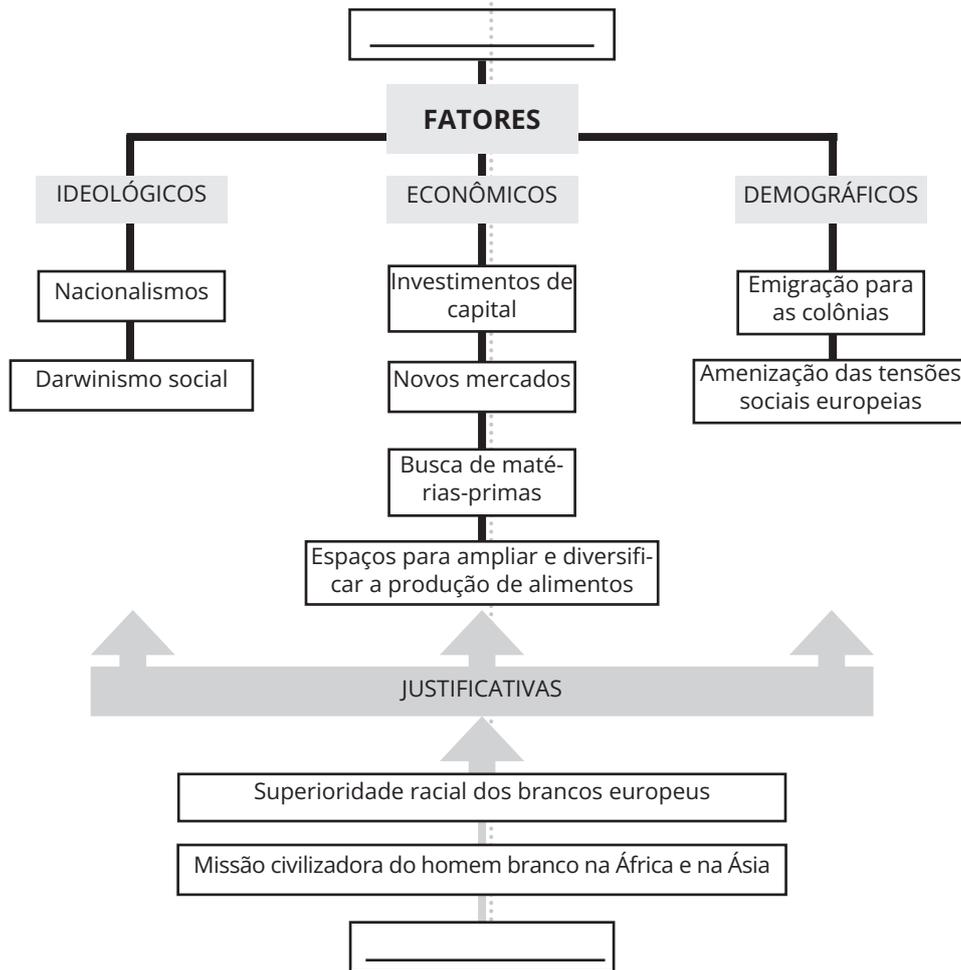
A sequência correta é:

- a) F - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) F - F - V - V
- d) F - V - V - F
- e) V - V - F - F

Anotações:



12. (UFSM) Analise e complete o esquema histórico correspondente ao mundo do final do século XIX e início do século XX.



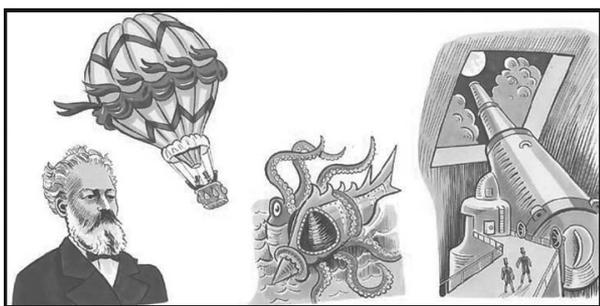
Completam o quadro superior e inferior do esquema histórico, respectivamente, os seguintes conceitos:

- a) Mercantilismo - Iluminismo
- b) Imperialismo - Racismo
- c) Colonialismo - Destino Manifesto
- d) Capitalismo - Predestinação
- e) Globalização - Neoliberalismo

Anotações:



○ 13. (UFSM)



Júlio Verne (1828-1905) foi um famoso romancista francês. Em seus livros, descreveu engenhos, máquinas e viagens que somente seriam realizadas décadas depois. Em 1863, imaginou o balão dirigível, em *Cinco semanas num balão*; em 1870, inventou o submarino elétrico, em *Vinte mil léguas submarinas*; no mesmo ano, descreveu uma viagem espacial, em *A roda da Lua*. Sua ficção relaciona-se com:

- a) o surgimento da física quântica, decorrente do crescimento urbano e industrial desenfreados.
- b) o avanço do movimento operário, das lutas populares e do “espectro do comunismo”, tal qual Marx previra.
- c) o desmantelamento dos Estados liberais e a montagem das monarquias constitucionais e parlamentaristas.
- d) a descrença em relação à ciência e à cultura patrocinada pela Europa imperialista.
- e) o avanço da ciência e da tecnologia do mundo industrial, bem como com o otimismo da sociedade burguesa.

○ 14. (UFSM) Com o avanço científico do século XIX, em especial, com as descobertas do químico e biólogo francês Louis Pasteur (1822-1895), a ciência médica mudou completamente. [...] Pasteur defendia que a maioria [das doenças] tinha origem em microrganismos [...]. O maior avanço para o combate da ação e transmissão dos micróbios e bactérias se deu com o desenvolvimento de técnicas antissépticas e de esterilização [...].

Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. *História: o longo século XIX*. SP: Saraiva, 2010. p. 332.

A partir do texto, pode-se concluir que o desenvolvimento da economia capitalista, no século XIX, foi acompanhado por

- a) a transformações científicas e técnicas que modificaram o exercício da medicina e diminuíram as taxas de mortalidade.
- b) conflitos nas cidades relativos à saúde pública, haja vista a inexistência de redes de esgoto e de água canalizada nas grandes cidades europeias.
- c) formação de partidos políticos, centrados no planejamento das cidades e na organização do sistema público de saúde, em detrimento das questões econômicas e políticas.
- d) lutas a favor da democratização dos avanços da medicina, haja vista que o sistema de saúde pública existente não contemplava operários e camponeses.
- e) aprimoramento dos serviços públicos relativos ao saneamento básico e à medicina coletiva, resultando na criação do Estado do Bem-Estar Social.



GABARITO



- Habilidades à prova
-

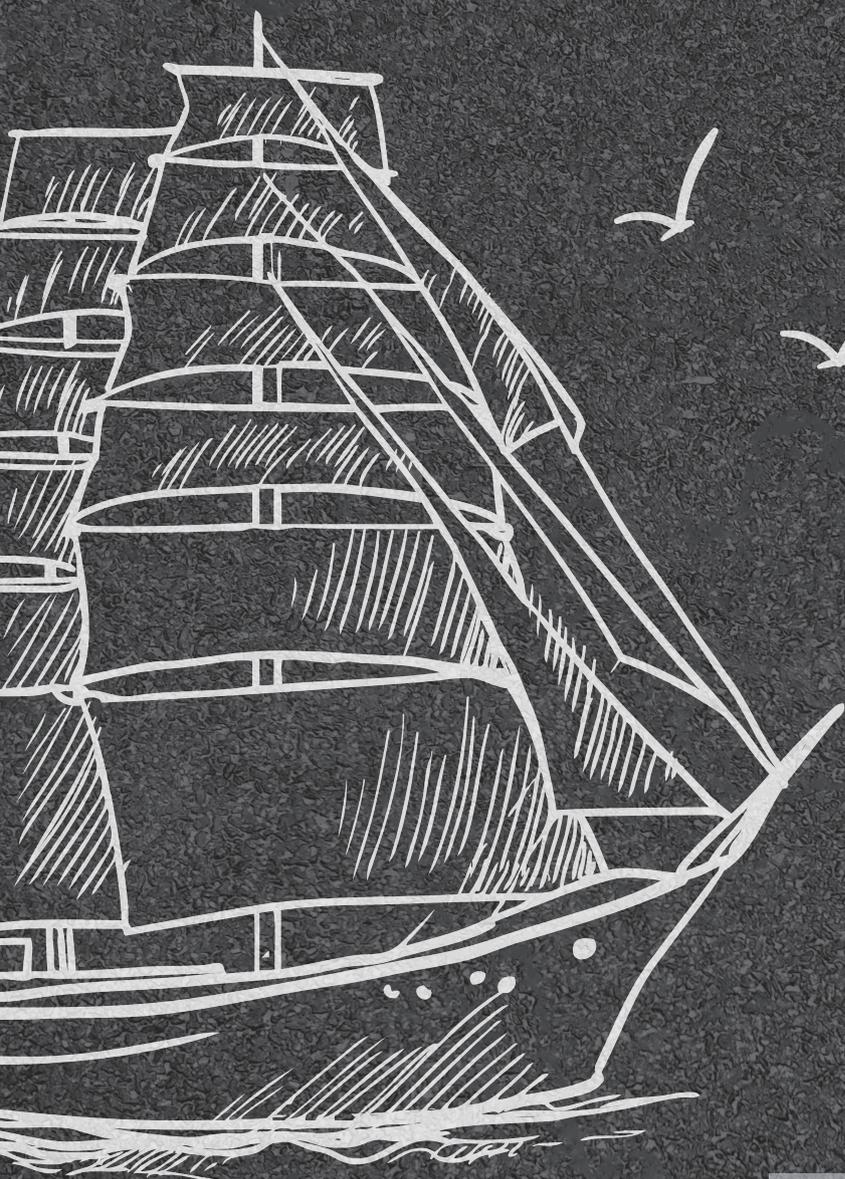
Unidade 1

1. B	11. B	21. C	31. B
2. A	12. E	22. B	
3. E	13. E	23. B	
4. E	14. E	24. A	
5. E	15. B	25. E	
6. B	16. A	26. E	
7. D	17. C	27. B	
8. E	18. C	28. D	
9. E	19. B	29. B	
10. A	20. C	30. C	

Unidade 2

1. A	11. E
2. C	12. B
3. A	13. E
4. C	14. A
5. D	
6. A	
7. A	
8. C	
9. D	
10. B	





HISTÓRIA DO BRASIL

HABILIDADES À PROVA 1

» Revoltas coloniais brasileiras e os processos de emancipações na América

○ 1. (ENEM) A primeira imagem abaixo (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esquarterado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.



Theodor De Bry - século XVI.



Pedro Américo. *Tiradentes esquarterado*, 1893.

A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

- I. Os artistas registraram a antropofagia e o esquarteramento praticados no Brasil.
- II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena, e o esquarteramento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.
- III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre “bárbaros” e “civilizados”, indígenas e europeus.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

○ 2. (ENEM) O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição, ou no instrumento, da integração subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

A diferença entre as sedições abordadas no texto encontra-se na pretensão de:

- a) eliminar a hierarquia militar.
- b) abolir a escravidão africana.
- c) anular o domínio metropolitano.
- d) suprimir a propriedade fundiária.
- e) extinguir o absolutismo monárquico.

○ 3. (ENEM) No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL, K. Condicionaisismos da Independência do Brasil. In: SILVA, M. N. (coord.) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1966.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de:

- a) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- b) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- c) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- d) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- e) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.



○ 4. (ENEM) O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarou que "Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância".

MAXWELL, K. Condicionais da independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.). *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por:

- defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

○ 5. (ENEM) Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a Colônia tinha acabado de passar por uma explosão populacional. Em pouco mais de cem anos, o número de habitantes aumentara dez vezes.

GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 (adaptado).

A alteração demográfica destacada no período teve como causa a atividade:

- cafeeira, com a atração da imigração europeia.
- industrial, com a intensificação do êxodo rural.
- mineradora, com a ampliação do tráfico africano.
- canaveira, com o aumento do apresamento indígena.
- manufatureira, com a incorporação do trabalho assalariado.

○ 6. (ENEM) Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

Alvará de liberdade para as indústrias (1.º de Abril de 1808). In Bonavides, P.; Amaral, R. *Textos políticos da História do Brasil*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- A dependência portuguesa da Inglaterra e o domínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

○ 7. (ENEM) A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem:

- incentivado o clamor popular por liberdade.
- enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- provocado os movimentos separatistas das províncias.

○ 8. (ENEM)

Texto I

O príncipe D. João VI podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A Colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos.

José Murilo de Carvalho.

Texto II

Há no Brasil uma insistência em reforçar o lugar comum segundo o qual foi D. João VI o responsável pela unidade do país. Isso não é verdade. A unidade do Brasil foi construída ao longo do tempo e é, antes de tudo, uma fabricação da Coroa. A ideia de que era preciso fortalecer um Império com os territórios de Portugal e Brasil começou já no século XVIII.

Evaldo Cabral de Mello.

1808 - O primeiro ano do resto de nossas vidas. Folha de S. Paulo, 25 nov. 2007 (adaptado).

Em 2008, foi comemorado o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nos textos, dois importantes historiadores brasileiros se posicionam diante de um dos possíveis legados desse episódio para a história do país. O legado discutido e um argumento que sustenta a diferença do primeiro ponto de vista para o segundo estão associados, respectivamente, em:

- Integridade territorial - Centralização da administração régia na Corte.
- Desigualdade social - Concentração da propriedade fundiária no campo.
- Homogeneidade intelectual - Difusão das ideias liberais nas universidades.
- Uniformidade cultural - Manutenção da mentalidade escravista nas fazendas.
- Continuidade espacial - Cooptação dos movimentos separatistas nas províncias.

Anotações:



○ **9. (ENEM)** A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque:

- a) a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- b) a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- c) a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- d) a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- e) a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

○ **10. (ENEM)** No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
- b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
- c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
- d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
- e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

○ **11. (ENEM-2020)** “O movimento sedicioso ocorrido na capitania de Pernambuco, no ano 1817, foi analisado de formas diferentes por dois meios de comunicação daquela época. O Correio Braziliense apontou para o fato de ser “a comoção no Brasil motivada por um descontentamento geral, e não por maquinações de alguns indivíduos”. Já a Gazeta do Rio de Janeiro considerou o movimento como um “pontual desvio de norma, apenas uma ‘mancha’ nas ‘páginas da História Portuguesa’, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito que os vassallos desta nação consagram ao seu soberano”.

(JANCSÓ, I; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).)

Os fragmentos das matérias jornalísticas sobre o acontecimento, embora com percepções diversas, relacionam-se a um aspecto do processo de independência da colônia luso-americana expresso em dissensões entre:

- a) quadros dirigentes em torno da abolição da ordem escravocrata.
- b) grupos regionais acerca da configuração político-territorial.
- c) intelectuais laicos acerca da revogação do domínio eclesiástico.
- d) homens livres em torno da extensão do direito de voto.
- e) elites locais acerca da ordenação do monopólio fundiário.

○ **12. (ENEM)** Eu gostaria de entrar nua no rio, mas estou aqui entre homens, somos todos soldados. Os portugueses de uma canhoneira bombardearam Cachoeira, então um bando de Periquitos, e entre eles eu e mais cinco ou seis mulheres, entramos no rio, de culote, bota e perneira, capa abotoada e baioneta calada. Pensei outra vez no sítio. Ali tudo era cálido, os panos convidavam ao sono. Aqui, luta-se pela vida, pela Pátria. Minha baioneta rasga o ventre de um português que não quer reconhecer a Independência do Brasil gritada, lá no Sul, pelo Imperador D. Pedro.

MARIA QUITERIA, s/d. Disponível em: www.vidasusofonas.pt. Acesso em: 31 jan. 2012 (adaptado).

A análise do texto revela um processo de emancipação política do Brasil que supera o marco do Grito do Ipiranga e da figura de D. Pedro I, pois a luta pela independência:

- a) foi conduzida por um exército profissional.
- b) ficou limitada a disputas e acordos políticos.
- c) fomentou movimentos separatistas do Sul do país.
- d) contou com a participação de diversos segmentos sociais.
- e) consolidou uma ideia de pátria que excluía a herança portuguesa.

○ **13. (ENEM)** É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da:

- a) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- b) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- c) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- d) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- e) afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.



○ **14. (ENEM)** É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do Império a mais remota e insignificante de suas aldeolas, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.

Gazeta de Notícias, 7 set. 1883

As festividades em torno da Independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com:

- a) a construção e a manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.
- b) o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1822.
- c) os interesses de senhores de terras que, após a Independência, exigiram a abolição da escravidão.
- d) o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- e) a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

○ **15. (ENEM)** A liderança política do processo de independência das colônias foi decisiva para os rumos que as novas nações tomaram, pois as elites evitaram que as reivindicações mais radicais fossem atendidas, marginalizando, assim, política e socialmente, a maioria. A ruptura dos laços coloniais não significou o surgimento de uma sociedade democrática e autônoma.

A respeito da formação do Estado Nacional na América Latina, é correto associar ao texto acima:

- a) o governo de D. Pedro I no Brasil, que provocou adesões daqueles que queriam mais garantias constitucionais, o que conferiu ao imperador reconhecimento e apoio da elite latifundiária.
- b) a unidade administrativa do império português, por haver características comuns entre as regiões colonizadas e homogeneidade na ocupação.
- c) a falta de líderes para os movimentos nacionalistas contra o domínio português, em oposição à América Espanhola.
- d) os partidos políticos que se formaram no final do século XVIII e assumiram os controles político e administrativo dos Estados se ergueram contra os grandes proprietários de terra e rebanhos.
- e) o ordenamento jurídico-político e as diretrizes econômicas no início do século XIX beneficiaram os segmentos sociais não proprietários, devido ao incremento na produção manufatureira.

Anotações:

○ **16. (ENEM-2021)** “Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?”

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa. “Portugal nunca permitiu a criação de universidade em sua colônia”. Por outro lado, na América espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidades na América espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiador mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América espanhola, que não era permitida na América portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.”

(BARRUCHO, L. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 8 set. 2019 (adaptado).)

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao:

- a) papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação das múltiplas identidades.
- b) controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.
- c) abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.
- d) lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.
- e) protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

○ **17. (ENEM)** Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.



○ 18. (ENEM) A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. Estudos Avançados. São Paulo: EdUSP, v. 22, n.o 62, jan.-abr. 2008 (adaptado).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- a) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- b) A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.
- c) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.
- d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.
- e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equiparase ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

Anotações:

○ 19. (UFSM)



BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. História: das cavernas ao terceiro milênio. Vol. 2. São Paulo: Moderna, 2005. p. 233.

Analisar a figura e assinalar verdadeira (V) ou falsa (F) em cada uma das afirmações sobre a independência e a formação dos Estados Unidos.

- () A determinação inglesa de que territórios a oeste das 13 colônias deveriam ser reservados aos indígenas representava o reconhecimento dos índios à sua terra, aos seus valores e à sua cultura.
- () Com a vitória na guerra e o reconhecimento da independência por parte da Inglaterra, o governo dos Estados Unidos incorporou aos seus domínios os territórios ingleses a oeste dos 13 estados.
- () A ideologia racial da nova nação preconizava que os negros eram socialmente inassimiláveis, não lhes restando lugar na sociedade branca e livre do norte e reforçando a sua condição de escravos nos estados sulistas.
- () As elites brancas do norte e do sul, além de defenderem a imediata extinção do trabalho escravo, estimularam e financiaram a devolução de milhares de negros para a África.

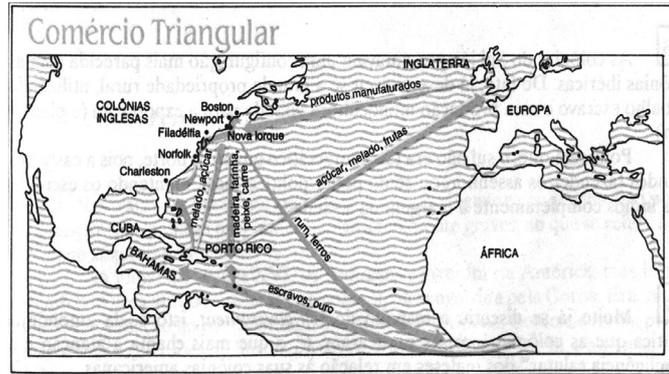
A sequência correta é

- a) V - F - V - F.
- b) F - V - F - V.
- c) V - F - F - V.
- d) F - V - V - F.
- e) V - V - V - F.

Anotações:



○ 20. (UFSM)



RICARDO - ADHEMAR - FLÁVIO. História. Vol. 3. Belo Horizonte: Editora Lê S/A, 1989. p. 69.

O mapa representa o comércio triangular que foi importante elemento para o desenvolvimento das colônias inglesas na América, no século XVII.

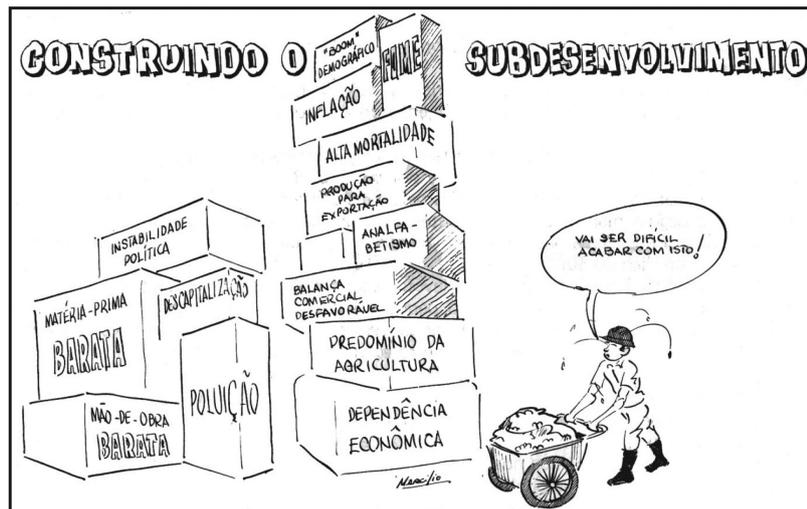
Sobre esse comércio, é correto afirmar que

- I - significou a possibilidade de burlar o pacto colonial à medida que as colônias inglesas comercializavam com as Antilhas e a África.
- II - possibilitou o surgimento de pequenas manufaturas e o enriquecimento das colônias americanas do norte.
- III - só foi possível porque a Inglaterra não exerceu com rigor o seu direito de metrópole, permitindo uma certa autonomia às suas colônias americanas.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

○ 21. (UFSM)



AQUINO - ANDRÉ - RONALDO. Fazendo a História. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986. p. 40.

A gravura retrata a situação dos países latino-americanos após a independência, situação essa que tem como pressuposto uma herança colonial marcada

- I - pela instabilidade política e pela autonomia das massas que se revoltaram contra a oligarquia latifundiária.
- II - pela diversificação econômica, impulsionada pelo desenvolvimento industrial financiado por agentes externos.
- III - por uma economia agrária voltada para a exportação.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e III.
- e) I, II e III.



○ **22. (UFSM)** A expulsão das tropas napoleônicas da Espanha, em 1813, possibilita a restauração do trono espanhol. Com o objetivo de restabelecer a ordem, o novo rei reprime os movimentos de emancipação política que vinham ocorrendo nas colônias americanas, desde 1810. Essas novas determinações da Metrópole abalam o quadro sociopolítico da América, gerando

a) aceitação pacífica da elite crioula, tendo em vista que a desordem comercial e política ocasionada pelas revoltas seria superada.

b) restabelecimento do sistema de monopólio e incremento dos polos comerciais americanos, tanto para exportação de produtos primários quanto para importação de manufaturas.

c) consolidação do poder político da Coroa e controle dos grupos sociais nativos que aspiravam à independência política.

d) incremento das revoltas coloniais, em especial aquelas protagonizadas pelos trabalhadores das minas, dos campos e das oficinas de artesanato.

e) revitalização e fortalecimento dos projetos independentistas, liderados por membros da classe dos grandes proprietários de terras e minas.

○ **23. (UFSM)** A independência dos Estados Unidos da América, a emancipação política do Brasil, a independência da América colonial espanhola e o conseqüente surgimento dos Estados nacionais hispano-americanos estão relacionados com

a) a crise do sistema colonial e a construção do sistema capitalista mundial.

b) as pressões da Inglaterra para liberalizar o comércio e libertar os escravos negros.

c) as ameaças de guerra dos Estados Unidos contra as metrópoles europeias que haviam perdido suas colônias.

d) o enfraquecimento das metrópoles que não fizeram sua revolução industrial e burguesa.

e) as necessidades do capitalismo industrial de recolonizar de forma branda as regiões recém-emancipadas.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 2

» *Brasil monárquico: formação do estado e da nação brasileira*

○ 1. (ENEM) Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a:

- a) rigidez hierárquica da estrutura social.
- b) inserção feminina nos ofícios militares.
- c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
- d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
- e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

○ 2. (ENEM) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: legislação.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir:

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

○ 3. (ENEM) Leia os trechos abaixo.

Constituição de 1824:

“Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.”

Frei Caneca:

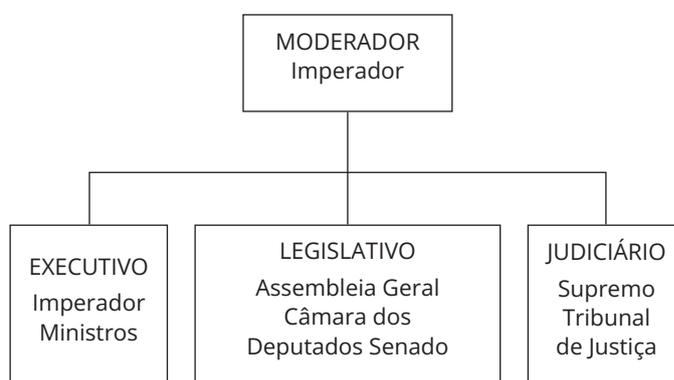
“O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave-mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o Imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do Imperador.”

Voto sobre o juramento do projeto de Constituição.

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era:

- a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo Imperador.
- b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.
- c) arbitrário, porque permitia ao Imperador dissolver a Câmara de Deputados, o poder representativo da sociedade.
- d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.
- e) capaz de responder às exigências políticas da Nação, pois supria as deficiências da representação política.

○ 4. (ENEM) No primeiro reinado, D. Pedro I nomeou e comandou um Conselho de Estado que concluiu a primeira Constituição Brasileira, que, outorgada em 1824, estabeleceu quatro poderes assim configurados.



Nesses quatro poderes:

- a) o poder moderador concedia ao imperador a primazia no governo e a autoridade sobre os demais poderes.
- b) o poder executivo era o centro das decisões, que resultavam do entendimento entre imperador e ministros.
- c) o papel de cada um era bem definido e independente, de modo que um não interferia nos assuntos dos outros.
- d) o papel de moderador, exercido pelo imperador, significava que o monarca era apenas um conciliador entre os poderes.
- e) o poder legislativo, por ter maior representatividade numérica (deputados, senadores), gozava de maior influência nas decisões do Império.



○ **5. (ENEM)** Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.

II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a):

- a) representação popular e sigilo individual.
- b) voto indireto e perfil censitário.
- c) liberdade pública e abertura política.
- d) ética partidária e supervisão estatal.
- e) caráter liberal e sistema parlamentar.

○ **6. (ENEM)**

TEXTO I

A primeira grande lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. No Senado, o Visconde de Cayru foi um dos defensores de que o currículo de matemática das garotas fosse o mais enxuto possível. Nas palavras dele, o “belo sexo” não tinha capacidade intelectual para ir muito longe: — Sobre as contas, são bastantes [para as meninas] as quatro espécies, que não estão fora do seu alcance e lhes podem ser de constante uso na vida.

TEXTO II

No Senado, o único a defender publicamente que as meninas tivessem, em matemática, um currículo idêntico ao dos meninos foi o Marquês de Santo Amaro (RJ). Ele argumentou: — Não me parece conforme, às luzes do tempo em que vivemos, deixarmos de facilitar às brasileiras a aquisição desses conhecimentos [mais aprofundados de matemática]. A oposição que se manifesta não pode nascer senão do arraigado e péssimo costume em que estavam os antigos, os quais nem queriam que suas filhas aprendessem a ler.

WESTIN, R. Senado Notícias. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 20 out. 2021 (adaptado).

Os discursos expressam pontos de vista divergentes respectivamente pela oposição entre

- a) liberdade de gênero e controle social.
- b) equidade de escolha e imposição cultural.
- c) dominação de corpos e igualdade humana.
- d) geração de oportunidade e restrição profissional.
- e) exclusão de competências e participação política

○ **7. (ENEM)** Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os “brasileiros” apagavam as fogueiras “portuguesas” e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela:

- a) estímulos ao racismo.
- b) apoio ao xenofobismo.
- c) críticas ao federalismo.
- d) repúdio ao republicanismo.
- e) questionamentos ao autoritarismo.

○ **8. (ENEM)** Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- c) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- d) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.



○ **9. (ENEM-2020)** “Depois da Independência, em 1822, o país enfrentaria problemas que com frequência emergiram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina. Em muitas regiões do Brasil, essas divergências foram acompanhadas de revoltas, inclusive contra o imperador D. Pedro I. Com a abdicação deste, em 1831, o país atravessaria tempos ainda mais turbulentos sob o regime regencial.”

(REIS, J. J. Rebelião escravo no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 (adaptado).)

A instabilidade política no país, ao longo dos períodos mencionados, foi decorrente da(s):

- a) disputas entre as tendências unitarista e federalista.
- b) tensão entre as forças do Exército e Marinha nacional.
- c) dinâmicas demográficas nas fronteiras amazônica e platina.
- d) extensão do direito de voto aos estrangeiros e ex-escravos.
- e) reivindicações da ex-metrópole nas esferas comercial e diplomática.

○ **10. (ENEM)** Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder, e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negroiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado:

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

○ **11. (ENEM)** Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à Constituição, esperando alcançar, assim, a consolidação da Monarquia. Para alguns, somente uma Monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem República norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um Poder Executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem vigente; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplas prerrogativas à Câmara dos Deputados, por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do Império.

VMATTOS, I. R.; GONÇALVES, M. A. O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro. São Paulo: Atual, 1991 (adaptado).

O cenário descrito revela a seguinte característica política do período regencial:

- a) Instalação do regime parlamentar.
- b) Realização de consultas populares.
- c) Indefinição das bases institucionais.
- d) Limitação das instâncias legislativas.
- e) Radicalização das disputas eleitorais.

○ **12. (ENEM)** A Regência iria enfrentar uma série de rebeliões nas províncias, marcadas pela reação das elites locais contra o centralismo monárquico levado a efeito pelos interesses dos setores ligados ao café da Corte, como a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, e a Sabinada, na Bahia. Mas, de todas elas, a Revolução Farroupilha era aquela que mais preocuparia, não só pela sua longa duração como pela sua situação fronteiriça da província do Rio Grande, tradicionalmente a garantidora dos limites e dos interesses antes lusitanos e agora nacionais do Prata.

PESAVENTO, S. J. Farrapos com a faca na bota. In: FIGUEIREDO, L. História do Brasil para ocupados. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.)

A característica regional que levou uma das revoltas citadas a ser mais preocupante para o governo central era a:

- a) autonomia bélica local.
- b) coesão ideológica radical.
- c) liderança política situacionista.
- d) produção econômica exportadora.
- e) localização geográfica estratégica.

○ **13. (ENEM)** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010 (adaptado).

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava:

- a) construir uma narrativa de nação.
- b) debater as desigualdades sociais.
- c) combater as injustiças coloniais.
- d) defender a retórica do abolicionismo.
- e) evidenciar uma diversidade étnica.

Anotações:



○ 14. (ENEM)



Xilografia, 1869. O indígena, representando o Império, coroa com louros o monarca.

Com seu manto real em verde e amarelo, as cores da casa dos Habsburgo e Bragança, mas que lembravam também os tons da natureza do “Novo Mundo”, cravejado de estrelas representando o Cruzeiro do Sul e, finalmente, com o cabeção de penas de papo de tucano em volta do pescoço, D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil. O monarca jamais foi tão tropical. Entre muitos ramos de café e tabaco, coroado como um César em meio a coqueiros e paineiras, D. Pedro transformava-se em sinônimo da nacionalidade.

SCHWARZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

No Segundo Reinado, a Monarquia brasileira recorreu ao simbolismo de determinadas figuras e alegorias. A análise da imagem e do texto revela que o objetivo de tal estratégia era:

- a) exaltar o modelo absolutista e despótico.
- b) valorizar a mestiçagem africana e nativa.
- c) reduzir a participação democrática e popular.
- d) mobilizar o sentimento patriótico e antilusitano.
- e) obscurecer a origem portuguesa e colonizadora.

○ 15. (ENEM) Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais — o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

No texto, o autor compara a composição das forças políticas que atuaram no Segundo Reinado (1840-1889). Dois aspectos que caracterizam os partidos Conservador e Liberal estão indicados, respectivamente, em:

- a) Abolição da escravidão - Adoção do trabalho assalariado
- b) Difusão da industrialização - Conservação do latifúndio monocultor
- c) Promoção do protecionismo - Remoção das barreiras alfandegárias
- d) Preservação do unitarismo - Ampliação da descentralização provincial
- e) Implementação do republicanismo - Continuação da monarquia constitucional

○ 16. (ENEM) Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria, vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas – tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

CAVANI, S. *Às urnas, cidadãos!* In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 26, nov. 2007.

No Brasil do século XIX, a noção de cidadania estava vinculada à participação nos processos eleitorais. As eleições revelavam um tipo de cidadania carente da igualdade jurídica defendida nesse mesmo período por muitos movimentos europeus herdeiros do Iluminismo devido à:

- a) exclusão dos analfabetos, que impedia a maioria da população de participar das eleições.
- b) raridade das eleições, que criava apenas a ilusão de participação entre os cidadãos.
- c) vigência da Constituição do Império, que definia como cidadãos apenas aqueles que eram eleitos.
- d) presença do Poder Moderador, que significava, na prática, a inutilidade das eleições legislativas.
- e) existência do voto censitário, que reafirmava as hierarquias sociais.

○ 17. (ENEM) Poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto a do Brasil. Durante o período colonial, a população das vilas e cidades elegia os representantes dos Conselhos Municipais. As primeiras eleições gerais para escolha dos representantes à Corte de Lisboa ocorreram em 1821. Desde 1824, quando aconteceu a primeira eleição pós-independência, foram eleitas 52 legislaturas para a Câmara dos Deputados. E, somente durante o Estado Novo (1937-1945), as eleições para a Câmara foram suspensas.

NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (adaptado)

Embora o Brasil tenha um longo histórico de eleições para o Poder Legislativo, em diversas oportunidades, os pleitos ocorreram com sérias restrições ao pleno exercício da cidadania. Um período da história brasileira com eleições legislativas e uma restrição à cidadania política estão elencados, respectivamente, em:

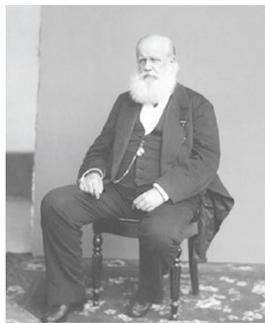
- a) I Reinado (1822-1831) - exclusão dos analfabetos
- b) II Reinado (1840-1889) - exigência de renda
- c) Primeira República (1889-1930) - exclusão dos escravos
- d) República Liberal (1945-1964) - exigência de curso superior
- e) Nova República (após 1985) - exclusão das mulheres



○ 18. (ENEM)



MOREAUX, F. R. *Proclamação da Independência*.

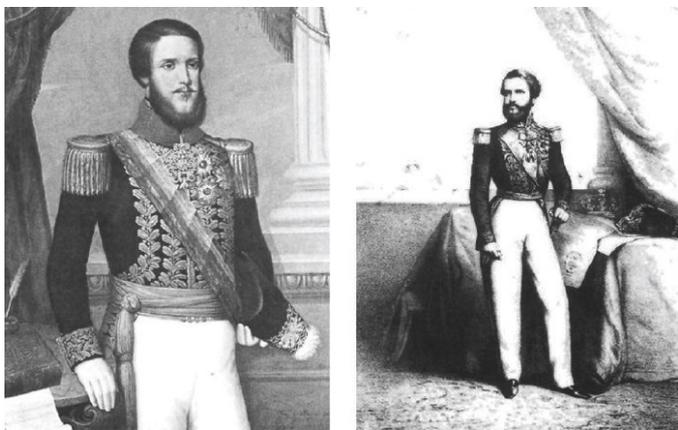


FERREZ, M. D. Pedro II.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- a) habilidade militar - riqueza pessoal
- b) liderança popular - estabilidade política
- c) instabilidade econômica - herança europeia
- d) isolamento político - centralização do poder
- e) nacionalismo exarcebado - inovação administrativa

○ 19. (ENEM)



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um:

- a) jovem imaturo que agiria de forma irresponsável.
- b) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- c) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- d) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- e) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

○ 20. (ENEM) A linhagem dos primeiros críticos ambientais brasileiros não praticou o elogio laudatório da beleza e da grandeza do meio natural brasileiro. O meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado.

PADUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 (adaptado).

Descrevendo a posição dos críticos ambientais brasileiros dos séculos XVIII e XIX, o autor demonstra que, via de regra, eles viam o meio natural como:

- a) ferramenta essencial para o avanço da nação.
- b) dádiva divina para o desenvolvimento industrial.
- c) paisagem privilegiada para a valorização fundiária.
- d) limitação topográfica para a promoção da urbanização.
- e) obstáculo climático para o estabelecimento da civilização.

○ 21. (ENEM) As camadas dirigentes paulistas, na segunda metade do século XIX, recorriam à história e à figura dos bandeirantes. Para os paulistas, desde o início da colonização, os habitantes de Piratininga (antigo nome de São Paulo) tinham sido responsáveis pela ampliação do território nacional, enriquecendo a metrópole portuguesa com o ouro e expandindo suas possessões. Graças à integração territorial que promoveram, os bandeirantes eram tidos ainda como fundadores da unidade nacional. Representavam a lealdade à província de São Paulo e ao Brasil.

ABUD, K. M. *Paulistas, uni-vos!* Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 34, 1jul. 2008 (adaptado)

No período da história nacional analisado, a estratégia descrita tinha como objetivo:

- a) promover o pioneirismo industrial pela substituição de importações.
- b) questionar o governo regencial após a descentralização administrativa.
- c) recuperar a hegemonia perdida com o fim da política do café com leite.
- d) aumentar a participação política em função da expansão cafeeira.
- e) legitimar o movimento abolicionista durante a crise do escravismo.

○ 22. (ENEM) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de:

- a) reforma agrária.
- b) expansão mercantil.
- c) concentração fundiária.
- d) desruralização da elite.
- e) mecanização da produção.



○ 23. (ENEM) Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber, a todos os nossos súditos, que a Assembleia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2014 (adaptado).

Considerando a conjuntura histórica, o ordenamento jurídico abordado resultou na:

- a) mercantilização do trabalho livre.
- b) retração das fronteiras agrícolas.
- c) demarcação dos territórios indígenas.
- d) concentração da propriedade fundiária.
- e) expropriação das comunidades quilombolas.

○ 24. (ENEM)

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852

Ano	Número de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	70 827
1850	37 672
1851	7 058
1852	1 234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em: 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiroz, que, em 1850:

- a) aboliu a escravidão no território brasileiro.
- b) definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- c) elevou as taxas para importação de escravos.
- d) libertou os escravos com mais de 60 anos.
- e) garantiu o direito de alforria aos escravos.

○ 25. (ENEM) A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravos eram extremamente baixos, e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravaria existente e, ao mesmo tempo, pensar numa outra solução para o problema da mão de obra.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz determinou a extinção do tráfico transatlântico de cativos e colocou em evidência o problema da falta de mão de obra para a lavoura. Para os cafeicultores paulistas, a medida que representou uma solução efetiva desse problema foi o(a):

- a) valorização dos trabalhadores nacionais livres.
- b) busca por novas fontes fornecedoras de cativos.
- c) desenvolvimento de uma economia urbano-industrial.
- d) incentivo à imigração europeia.
- e) escravização das populações indígenas.

○ 26. (ENEM) “Durante os anos de 1854-55, o governo brasileiro – por meio de sua representação diplomática em Londres – e os livre-cambistas ingleses – nas colunas do Daily News e na Câmara dos Comuns – aumentaram a pressão pela revogação da Lei Aberdeen. O governo britânico, entretanto, ainda receava que, sem um tratado anglo-brasileiro satisfatório para substituí-la, não haveria nada que impedisse os brasileiros de um dia voltarem aos seus velhos hábitos.”

(BETHELL, L. A abolição do comércio brasileiro de escravos. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).)

As tensões diplomáticas expressas no texto indicam o interesse britânico em:

- a) estabelecer jurisdição conciliadora.
- b) compartilhar negócios marítimos.
- c) fomentar políticas higienistas.
- d) manter a proibição comercial.
- e) promover o negócio familiar.

○ 27. (ENEM)



Antonio Rocco. *Os imigrantes*, 1910, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Um dia, os imigrantes aglomerados na amurada da proa chegavam à fedentina quente de um porto, num silêncio de mato e de febre amarela. Santos. – É aqui! Buenos Aires é aqui! – Tinham trocado o rótulo das bagagens, desciam em fila. Faziam suas necessidades nos trens dos animais onde iam. Jogavam-nos num pavilhão comum em São Paulo. – Buenos Aires é aqui! – Amontoados com trouxas, sanfonas e baús, num carro de bois, que pretos guiavam através do mato por estradas esburacadas, chegavam uma tarde nas senzalas donde acabava de sair o braço escravo. Formavam militarmente nas madrugadas do terreiro homens e mulheres, ante feitores de espingarda ao ombro.

Oswald de Andrade. *Marco Zero II – Chão*. Rio de Janeiro: Globo, 1991.

Levando-se em consideração o texto de Oswald de Andrade e a pintura de Antonio Rocco reproduzida acima, relativos à imigração europeia para o Brasil, é correto afirmar que:

- a) a visão da imigração presente na pintura é trágica e, no texto, otimista.
- b) a pintura confirma a visão do texto quanto à imigração de argentinos para o Brasil.
- c) os dois autores retratam dificuldades dos imigrantes na chegada ao Brasil.
- d) Antonio Rocco retrata de forma otimista a imigração, destacando o pioneirismo do imigrante.
- e) Oswald de Andrade mostra que a condição de vida do imigrante era melhor que a dos ex-escravos.



○ 28. (ENEM) A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou:

- a) na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração do trabalho.
- b) no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- c) no “branqueamento” da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.
- d) no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- e) na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

○ 29. (ENEM) Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Souza e Mello, diretor geral das terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, I. F. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontam o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de:

- a) fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- b) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- c) definir uma política de subsídio governamental para fomento da imigração.
- d) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- e) financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

○ 30. (ENEM)

TEXTO I

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal não foram possíveis de serem realizados de pronto. Haviam se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam de sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois, se eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Haviam de lutar, para que, com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornarem-se senhores de suas rendas e homens livres.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul* (1942). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000 (adaptado).

TEXTO II

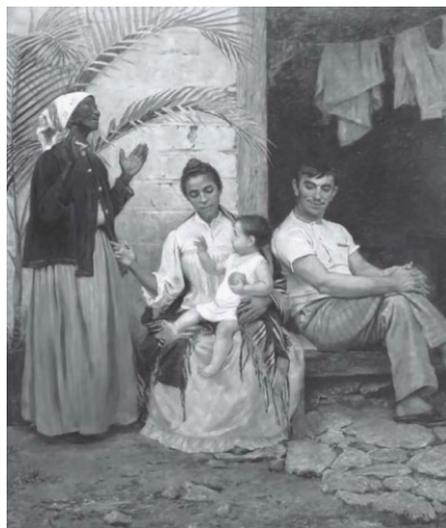
A expansão das colônias transformou-se bem cedo numa verdadeira corrida para a mata virgem. Uma série de fenômenos naturais e sociais se deve a esse fato. Antes de tudo, é o desmatamento progressivo da fralda da serra. Praticamente todos os terrenos já perderam sua capa silvática; o que resta são os trechos imprestáveis nos flancos mais íngremes e rochosos das montanhas e as cintas de mato que ladeiam os degraus da serra. Capoeiras e matos secundários sujos caracterizam a estrada trilhada pela agricultura de exploração dos cem anos passados.

GRESSLER, P. *Os velhos Grassier*. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.

De acordo com os textos, a relação dos colonos com os ecossistemas, no processo de ocupação da região Sul do país, caracterizava-se pelo(a):

- a) necessidade de ocupação e de exploração da natureza, sem levar em conta os danos causados ao meio ambiente.
- b) degradação de parte da floresta subtropical, em função do uso de ferramentas e técnicas que permitiam o uso sustentável da terra.
- c) desmatamento da mata de araucária, já que os imigrantes alemães e poloneses chegaram em massa à Região Sul, causando grande impacto ambiental.
- d) desflorestamento da região pelo desenvolvimento da atividade pecuária, promovendo a ocupação extensiva da terra e sua preparação como pasto.
- e) supremacia da natureza sobre a ação do homem, pois a demora e a dificuldade de adaptação ao solo possibilitaram que o desmatamento não causasse danos permanentes ao ecossistema.

○ 31. (ENEM)



BROCOS, R. *A redenção de Cam*, 1895. Disponível em: <http://mnba.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de:

- a) defesa da democracia racial.
- b) idealização do universo rural.
- c) crise dos valores republicanos.
- d) constatação do atraso sertanejo.
- e) embranquecimento da população.



○ **32. (ENEM)** Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º – São também causas bastantes para a expulsão:

- 1a) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;
- 2a) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;
- 3a) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 29 ago. 2012 (adaptado).

No início do século XX, na transição do trabalho escravo para o livre, os objetivos da legislação citada eram:

- a) disciplinar o trabalhador e evitar sua participação em movimentos políticos contrários ao governo.
- b) estabelecer as condições para a vinda dos imigrantes e definir as regiões que seriam ocupadas.
- c) demonstrar preocupação com as condições de trabalho e favorecer a organização sindical.
- d) criar condições políticas para a imigração e isolar os imigrantes socialmente indesejáveis.
- e) estimular o trabalho urbano e disciplinar as famílias estrangeiras nas fábricas.

○ **33. (ENEM)** O número cada vez maior de mulheres letradas e interessadas pela literatura e pelas novelas, muitas divulgadas em capítulos, seções, classificadas comumente como folhetim, alçou a um gênero de ficção corrente já em 1840, fazendo parte do florescimento da literatura nacional brasileira, instigando a formação e a ampliação de um público leitor feminino, ávido por novidades, pelo apelo dos folhetins e “narrativas modernas” que encenavam “os dramas e os conflitos de uma mulher em processo de transformação patriarcal e provinciana que, progressivamente, começava a se abrir para modernizar seus costumes”. No Segundo Reinado, as mulheres foram se tornando público determinante na construção da literatura e da imprensa nacional. E não apenas público, porquanto crescerá o número de escritoras que colaboram para isso e emergirá uma imprensa feminina, editada, escrita e dirigida por e para mulheres.

ABRANTES, A. Do álbum de família à vitrine impressa: trajetões de retratos (PB, 1920). Revista Temas em Educação, n. 24, 2015 (adaptado).

O registro das atividades descritas associa a inserção da figura feminina nos espaços de leitura e escrita do Segundo Reinado ao(à)

- a) surgimento de novas práticas culturais.
- b) contestação de antigos hábitos masculinos.
- c) valorização de recentes publicações juvenis.
- d) circulação de variados manuais pedagógicos.
- e) aparecimento de diversas editoras comerciais.

○ **34. (ENEM)** O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, em Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar a insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz: “As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores, o viajante pode naturalmente encontrar aposento sofrível; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona na Europa qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo”.

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiaí, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941 (adaptado).

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque:

- a) o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em muare; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.
- b) a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão de obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.
- c) o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.
- d) os fazendeiros puderam prescindir da mão de obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.
- e) as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

Anotações:



○ 35. (ENEM)



Foto de Militão, São Paulo, 1879. ALENCASTRO, L. F. (org). História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado acima?

- a) O uso de trajes simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- b) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- c) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- d) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- e) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

Anotações:

○ 36. (ENEM)



EIGENHEER, E. M. Lixo: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Palloti, 2009.

Texto II – “A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como “tigres” levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio.”

(KARACH, M. C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000.)

A ação representada na imagem e descrita no texto evidencia uma prática do cotidiano nas cidades no Brasil nos séculos XVIII e XIX caracterizada pela:

- a) valorização do trabalho braçal.
- b) reiteração das hierarquias sociais.
- c) sacralização das atividades laborais.
- d) superação das exclusões econômicas.
- e) ressignificação das heranças religiosas.

○ 37. (ENEM) No dia 16 de agosto passado, fugiu da Companhia de Mineração do Cuiabá o escravo de nome Severino, de 19 anos de idade, cabra, claro, estatura mais que regular, boa figura, bons dentes, e tem um sinal de cortadora de uma polegada pouco mais ou menos na testa. Levou chapéu de palha trançado, 1 par de calças azuis, paletó preto, camisa branca, e outras roupas. Está armado de uma pistola pequena de algibeira e uma faca de ponta. Gratifica-se com a quantia acima de 100\$000 a quem o apreender e levá-lo a seu senhor, residente em Sabará, ou o puser em qualquer cadeia da província.

Sabará, 2 de outubro de 1880.

Jornal A Província de Minas, Ouro Preto, edição 26, 18 dez.1880.

O anúncio de jornal sobre a fuga do escravo Severino mostra um aspecto importante do escravismo brasileiro. Qual das seguintes afirmações expressa tal aspecto?

- a) As alforrias, no sistema escravista brasileiro, eram obtidas tanto pelo livre consentimento do senhor quanto pela compra.
- b) As fugas de escravos eram duramente reprimidas pelo Estado e pelos senhores de escravos.
- c) O movimento abolicionista teve papel fundamental para o fim da escravidão.
- d) O paternalismo da escravidão brasileira gerava a preocupação do senhor em conseguir encontrar seu escravo em fuga.
- e) Os quilombos eram organizações revolucionárias voltadas para o combate ao sistema escravista brasileiro.



○ 38. (ENEM) “As canções dos escravos tornaram-se espetáculos em eventos sociais e religiosos organizados pelos senhores e chegaram a ser cantadas e representadas, ao longo do século XIX, de forma estereotipada e depreciativa, pelos *blackfaces* dos Estados Unidos e Cuba, e pelos teatros de revista do Brasil. As canções escravas, sob a forma de cakewalks ou lundus, despontavam frequentemente no promissor mercado de partituras musicais, nos salões, nos teatros e até mesmo na nascente indústria fonográfica — mas não necessariamente seus protagonistas negros. O mundo do entretenimento e dos empresários musicais atlânticos produziu atraentes diversões dançantes com base em gêneros e ritmos identificados com a população negra das Américas.”

(ABREU, M. O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição. Revista Brasileira de História, n. 69, jan.-jun. 2015.)

A absorção de elementos da vivência escrava pela nascente indústria do lazer, como demonstrada no texto, caracteriza-se como:

- a) ação afirmativa.
- b) missão civilizatória.
- c) desobediência civil.
- d) apropriação cultural.
- e) comportamento xenofóbico.

○ 39. (ENEM)

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, propriedade do dr. Francisco Antonio de Araújo, o escravo José, pardo claro, de 22 annos de idade, estatura regular, cheio de corpo, com a falta de um dente na frente do lado superior, cabellos avermelhados, orelha roxa, falla macia, e andar vagaroso. Intitula-se forro, e quando fugio a primeira vez esteve contratado como camarada em uma fazenda em Capivary.

Quem o aprehender e entregar ao seu senhor no Amparo, ou o recolher a cadêa em qualquer parte será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o ac outar.

15 - 13

Escravo fugido. Jornal Correio Paulistano, 13 de abril de 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2019 (adaptado)

No anúncio publicado na segunda metade do século XIX, qual a estratégia de resistência escrava apresentada?

- a) Criação de relações de trabalho.
- b) Fundação de territórios quilombolas.
- c) Suavização da aplicação de normas.
- d) Regularização das funções da remuneradas.
- e) Constituição de economia de subsistência.

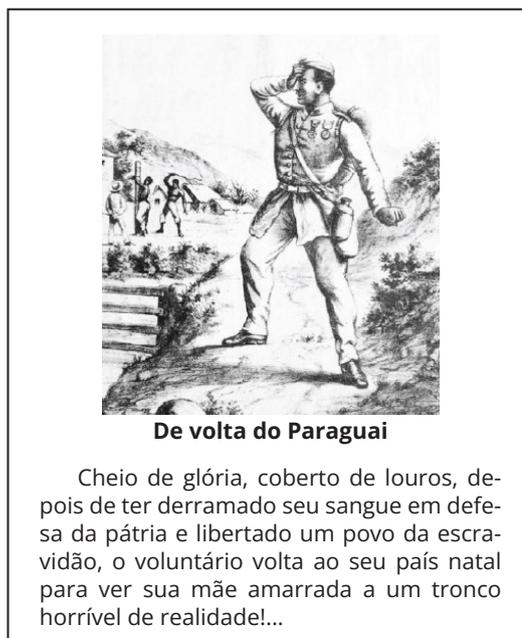
○ 40. (ENEM) Os escravos, obviamente, dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam o que se passava no mundo dos poderosos. Aproveitaram-se das divisões entre estes, selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal e anti-colonial, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX.

REIS, J. J. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (Org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 1999.

Ao longo do século XIX, os negros escravizados construíram variadas formas para resistir à escravidão no Brasil. A estratégia de luta citada no texto baseava-se no aproveitamento das:

- a) estruturas urbanas como ambiente para escapar do cativeiro.
- b) dimensões territoriais como elemento para facilitar as fugas.
- c) limitações econômicas como pressão para o fim do escravismo.
- d) contradições políticas como brecha para a conquista da liberdade.
- e) ideologias originárias como artifício para resgatar as raízes africanas.

○ 41. (ENEM)



AGOSTINI. A vida fluminense, ano 3, nº 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na:

- a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitos aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.



○ 42. (ENEM)

Decreto-lei 3.509, de 12 de setembro de 1865

Art. 1º – O cidadão guarda-nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional. O substituído é responsável por o que o substituiu, no caso de deserção.

Arquivo Histórico do Exército. Ordem do dia do Exército, n. 455, 1865 (adaptado).

No artigo, tem-se um dos mecanismos de formação dos “Voluntários da Pátria”, encaminhados para lutar na Guerra do Paraguai. Tal prática passou a ocorrer com muita frequência no Brasil nesse período e indica o(a):

- a) forma como o Exército brasileiro se tornou o mais bem equipado da América do Sul.
- b) incentivo dos grandes proprietários à participação dos seus filhos no conflito.
- c) solução adotada pelo país para aumentar o contingente de escravos no conflito.
- d) envio de escravos para os conflitos armados, visando sua qualificação para o trabalho.
- e) fato de que muitos escravos passaram a substituir seus proprietários em troca de liberdade.

○ 43. (ENEM) “Nas cidades, os agentes sociais que se rebelavam contra o arbítrio do governo também eram proprietários de escravos. Levavam seu protesto às autoridades policiais pelo recrutamento sem permissão. Conseguimos levantar, em ocorrências policiais de 1867, na Província do Rio de Janeiro, 140 casos de escravos aprisionados e remetidos à Corte para serem enviados aos campos de batalha.”

(SOUSA, J. P. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad; Adesa, 1996.)

Desconstruindo o mito dos “voluntários da pátria”, o texto destaca o descontentamento com a mobilização para a Guerra do Paraguai expresso pelo grupo dos

- a) pais, pela separação forçada dos filhos.
- b) cativos, pelo envio compulsório ao conflito.
- c) religiosos, pela diminuição da frequência aos cultos.
- d) oficiais, pelo despreparo militar dos novos recrutas.
- e) senhores, pela perda do investimento em mão de obra.

○ 44. (ENEM) Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. López precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. “As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai”. BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: da independência até 1870, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois:

- a) representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

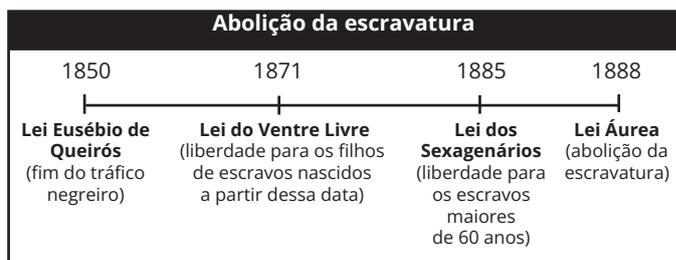
○ 45. (ENEM) A poetisa Emília Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas, orgulhosa, ofereceu sua pena que, “sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade”. Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebata, declamando seus poemas. Aquelas “angélicas senhoras”, “heroínas da caridade”, levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.

MIRANDA, A. Disponível em: www.opovoonline.com.br. Acesso em: 10 jun. 2015

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento:

- a) feminista.
- b) sufragista.
- c) socialista.
- d) republicano.
- e) abolicionista.

○ 46. (ENEM)



Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

- a) O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.
- b) O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.
- c) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.
- d) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.
- e) Ao abolir o tráfico negroiro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

Anotações:



○ 47. (ENEM) O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:

“Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings* [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’; 4º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5º) a ação da família imperial.”

Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

○ 48. (ENEM) A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

NABUCO, J. *O abolicionismo* (1883). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual:

- a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
- b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
- c) optava pela via legalista de libertação.
- d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
- e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

○ 49. (ENEM)

Texto I

Em todo o país, a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

Texto II

Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiram muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOU, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto I que complementa os argumentos apresentados no Texto II é o(a):

- a) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- b) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- c) inovação social representada pela lei.
- d) ineficácia prática da libertação.
- e) significado político da Abolição.

○ 50. (ENEM) O movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai. Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no país.

GOMES, L. 1889. São Paulo: Globo, 2013 (adaptado).

O movimento social citado teve como seu principal veículo de propagação o(a):

- a) imprensa escrita.
- b) oficialato militar.
- c) corte palaciana.
- d) clero católico.
- e) câmara de representantes.



○ **51. (ENEM)** Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. *O Orfeu de carapinha*. In: Revista de História. Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros, na segunda metade do séc. XIX, foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a:

- a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício a ele.

○ **52. (ENEM)**

Ó sublime pergaminho
Libertação geral
A princesa chorou ao receber
A rosa de ouro papal
Uma chuva de flores cobriu o salão
E o negro jornalista
De joelhos beijou a sua mão
Uma voz na varanda do paço ecoou:
"Meu Deus, meu Deus
Está extinta a escravidão"

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. *Sublime Pergaminho*. Disponível em: www.lettras.terra.com.br. Acesso em: 28/4/2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como:

- a) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- b) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos abolicionistas.
- c) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- d) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos em questão: fazendeiros, governo e escravos.
- e) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

○ **53. (ENEM)** Passada a festa da abolição, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão, negando-se a se comportar como antigos cativos. Em diversos engenhos do Nordeste, negaram-se a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Quando decidiram ficar, isso não significou que concordassem em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior.

FRAGA, W.; ALBUQUERQUE, W. R. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009 (adaptado).

Segundo o texto, os primeiros anos após a abolição da escravidão no Brasil tiveram como característica o(a):

- a) caráter organizativo do movimento negro.
- b) equiparação racial no mercado de trabalho.
- c) busca pelo reconhecimento do exercício da cidadania.
- d) estabelecimento do salário mínimo por projeto legislativo.
- e) entusiasmo com a extinção das péssimas condições de trabalho.

○ **54. (ENEM)** "Lei n. 3 353, de 13 de maio de 1888

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia-Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º ano da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente."

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 fev. 2015 (adaptado).

Um dos fatores que levou à promulgação da lei apresentada foi o(a)

- a) abandono de propostas de imigração.
- b) fracasso do trabalho compulsório.
- c) manifestação do altruísmo britânico.
- d) afirmação da benevolência da Corte.
- e) persistência da campanha abolicionista.

○ **55. (ENEM)** Respeitar a diversidade de circunstâncias entre as pequenas sociedades locais que constituem uma mesma nacionalidade, tal deve ser a regra suprema das leis internas de cada Estado. As leis municipais seriam as cartas de cada povoação doadas pela assembleia provincial, alargadas conforme o seu desenvolvimento, alteradas segundo os conselhos da experiência. Então, administrar-se-ia de perto, governar-se-ia de longe, alvo a que jamais se atingirá de outra sorte.

BASTOS, T. *A província (1870)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937 (adaptado).

O discurso do autor, no período do Segundo Reinado no Brasil, tinha como meta a implantação do:

- a) regime monárquico representativo.
- b) sistema educacional democrático.
- c) modelo territorial federalista.
- d) padrão político autoritário.
- e) poder oligárquico regional.



○ 56. (ENEM) O número de votantes potenciais em 1872 era de 1.097.698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13%, quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117.022, isto é, 0,8% da população.

CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Disponível em: www.ifch.unicamp.br. Acesso em: 28 jul. 2012.

A explicação para a alteração envolvendo o número de eleitores no período é a:

- a) criação da Justiça Eleitoral.
- b) exigência da alfabetização.
- c) redução da renda nacional.
- d) exclusão do voto feminino.
- e) coibição do voto de cabresto.

○ 57. (ENEM) Os caixeiros do comércio a retalho do Rio de Janeiro estiveram entre as primeiras categorias de trabalhadores a se organizar em associações e a exigir a intervenção dos poderes públicos na mediação de suas lutas por direitos. Na década de 1880, os caixeiros participaram da arena política e ganharam as ruas com vários outros, como os republicanos e os abolicionistas.

POPINIGIS, F. "Todas as liberdades são irmãs": os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Estudos Históricos*, n. 59, set.-dez. 2016 (adaptado).

A atuação dos trabalhadores mencionados no texto representou, na capital do Império, um momento de

- a) manutenção das regras patronais.
- b) desprendimento das ideias liberais.
- c) fortalecimento dos contratos laborais.
- d) consolidação das estruturas sindicais.
- e) contestação dos princípios monárquicos

○ 58. (ENEM) Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de Fora o vintém!, os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 4 abr. 2014 (adaptado).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de:

- a) capturar os ativistas radicais.
- b) proteger o patrimônio privado.
- c) salvaguardar o espaço público.
- d) conservar o exercício do poder.
- e) sustentar o regime democrático.

○ 59. (ENEM)



"Precauções que aconselhamos à Sua Alteza, o Sr. Conde D'Eu, quando tiver de visitar escolas. Se Sua Alteza imitasse o seu augusto sogro, Dom Pedro II, não teria nunca Ocasião de contestar fatos históricos".

AGOSTINI, A. *Revista Ilustrada*, n. 309, 29 jul. 1882 (adaptado).

Segundo a charge, os últimos anos da Monarquia foram marcados por:

- a) debates promovidos em espaços públicos, contando com a presença da família real.
- b) atividades intensas realizadas pelo Conde D'Eu, numa tentativa de salvar o regime monárquico.
- c) revoltas populares em escolas, com o intuito de destituir o monarca do poder e coroar seu genro.
- d) críticas oriundas principalmente da imprensa, colocando em dúvida a continuidade do regime político.
- e) dúvidas em torno da validade das medidas tomadas pelo imperador, fazendo com que o Conde D'Eu assumisse o governo.

Anotações:



○ 60. (UFSM) Os processos de descolonização e construção do Estado imperial brasileiro, na 1ª metade do século XIX, apresentaram os seguintes aspectos, **EXCETO**

- a) a presença da Corte portuguesa no Brasil definiu os rumos da independência, impondo limites às mudanças políticas e sociais.
- b) a Constituição de 1824 buscou garantir a supremacia do poder central, pois instituiu, entre outras medidas, o poder moderador, o senado vitalício e a nomeação dos Presidentes de Província pelo Imperador.
- c) foram liderados pelas elites, imbuídas de uma nítida identidade nacional e desejosas de ficar subordinadas aos interesses do livre comércio inglês.
- d) caracterizaram-se pela continuidade de instituições e estruturas coloniais, como o poder monárquico, e por uma sociedade escravista com expressiva exclusão social.
- e) significativa resistência de elites regionais ao projeto de centralização do Estado imperial, ilustrada por episódios como a Confederação do Equador e a Guerra Farrroupilha.

○ 62. (UFSM)

○ 61. (UFSM) Quanto à estrutura socioeconômica e política do Brasil após a independência,

- I - conservou-se a estrutura econômica, mas foi modificada a ordem social.
- II - manteve-se inalterada à medida que a oligarquia agrária continuou a controlar a economia e a política do país.
- III - caracterizou-se pela dependência econômica, manutenção da escravidão e possibilidades desiguais para brancos e negros.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.



"Independência ou Morte" (1888) de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, óleo sobre tela. Acervo Museu Paulista. <http://images.google.com.br>

A obra acima foi composta no apagar das luzes do regime monárquico no Brasil, fazendo referência a um fato fundador da nação brasileira: o Sete de Setembro de 1822. Sobre a imagem, assinale V (verdadeira) ou F (falsa) em cada afirmativa.

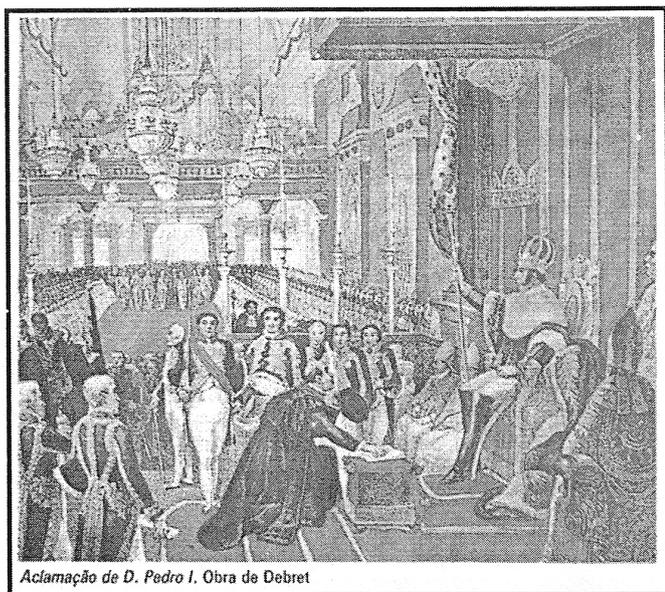
- () Essa pintura é a mais difundida da proclamação da independência de 1822, apesar de não ser a única.
- () Trata-se de um registro fidedigno do fato, em que o pintor procurou retratar os eventos no seu mais alto detalhamento e patriotismo, evidenciando que a independência só ocorreu graças ao desprendimento do príncipe regente, D. Pedro, em atender aos anseios da nação brasileira.
- () A criação dessa obra favoreceu a elaboração de um imaginário político que delineou São Paulo como um dos núcleos construtores da nação brasileira.

A sequência correta é

- a) V - V - V.
- b) V - F - V.
- c) V - F - F.
- d) F - V - V.
- e) F - V - F.



- 63. (UFSM) Esta pintura de Debret retrata a aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil.



Aclamação de D. Pedro I. Obra de Debret

COTRIM, G. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 1997. p. 152.

A partir dela, pode-se concluir:

- a) A independência brasileira foi fruto de um acordo político entre as elites brasileiras e a corte portuguesa, as quais viram, na posse de D. Pedro I, a contemplação de seus interesses.
- b) Membros da corte portuguesa participaram da aclamação de D. Pedro I, uma vez que não existiam interesses antagônicos entre eles e a elite brasileira, em especial a aristocracia rural.
- c) A emancipação política do Brasil atendeu aos interesses da elite brasileira, em especial a aristocracia rural que participou efetivamente da aclamação de D. Pedro I.
- d) Apesar da participação popular nos conflitos revolucionários, o povo foi excluído no momento da aclamação, prevalecendo os interesses da elite.
- e) O povo participou ativamente das comemorações de aclamação de D. Pedro I, uma vez que teve suas duras condições de vida melhoradas a partir da sua posse.

- 64. (UFSM) Sobre a história do Rio Grande do Sul, espaço frontereiro do Brasil meridional, nos séculos dezoito e dezenove, é correto afirmar:

- a) O objetivo da colonização açoreana, a partir de meados do século dezoito, foi estratégico, pois visava a estabelecer latifúndios agroexportadores que defendessem o domínio da Coroa Espanhola no Brasil meridional.
- b) A produção de charque, iniciada na 2ª metade do século dezoito, com mão de obra majoritariamente livre, destinava-se ao mercado interno.
- c) A parcela da elite rio-grandense, que se revoltou contra o Império, na Guerra Farrapo, defendia o Federalismo, pois seus interesses políticos e econômicos não eram atendidos pelo centralismo monárquico.
- d) Entre os objetivos da imigração alemã, que se iniciou no final do século dezoito, estavam o desenvolvimento da agricultura monocultora, a disseminação da pequena propriedade e a obtenção de soldados para auxiliar na defesa do Império.
- e) À semelhança dos imigrantes italianos que vinham para São Paulo e empregavam-se nas fazendas de café, os que vinham para o Rio Grande do Sul destinavam-se a substituir o trabalho escravo, sem a possibilidade de se tornarem produtores autônomos.

- 65. (UFSM) Ambientado no período da Revolução, o seriado A Casa das Sete Mulheres evidenciava o espaço social feminino da época. A respeito desse espaço, é possível afirmar:

- a) Devido ao caráter patriarcal da sociedade gaúcha, a ação feminina era preponderante na área pública.
- b) Por causa da repressão às mulheres, não havia espaço social onde elas pudessem exercer posição de mando.
- c) Submetidas à ordem patriarcal, as mulheres podiam imperar no espaço doméstico desde que respeitassem o poder masculino.
- d) Como a ideologia liberal do século XIX estabelecia igualdade entre os sexos, as mulheres destacavam-se na política.
- e) Devido ao padrão patriarcal, as mulheres detinham prerrogativas especiais na condução da vida econômica.

- 66. (UFSM)



Caricatura "O sapateiro eleitor", de Manuel de Araújo Porto Alegre | <http://images.google.com.br>

Na caricatura de 1837, Manuel de Araújo Porto Alegre assume uma posição crítica em relação às práticas eleitorais e demagógicas dos políticos brasileiros. Nela um sapateiro eleitor é assediado por um cabo eleitoral que mostra a sua chapa, configurando assim a sátira da caça ao voto. Nessa crítica política, é possível perceber

- a) a fraude eleitoral, constituída desde a compra do voto, o que acabava se refletindo no resultado de uma eleição.
- b) as corrupções dos políticos brasileiros favorecidos pela Constituição de 1824, que criou um legislativo fortalecido frente à flexibilidade do executivo.
- c) o repúdio à caça ao voto pelo caricaturista, o que contribuiu para as reformas empreendidas pelo Conselho de Ministros no Ato Adicional de 1834.
- d) a troca de favores e a compra de cargos públicos e de honrarias, mediadas pelo governo regencial, que fazia vistas grossas aos aliciamentos dos políticos corruptos.
- e) a corrupção dos políticos brasileiros que assediavam os sapateiros para obter informações sigilosas, já que era comum todos os políticos frequentarem as sapatarias, lugar de onde vazavam importantes revelações.



○ **67. (UFSM)** O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, **EX-CETO**

- a) a ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.
- b) a edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.
- c) a abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos da economia.
- d) o afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.
- e) a gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

○ **68. (UFSM)** Na Itália, na 2ª metade do século XIX, a escassez de carne e o excesso de polenta na dieta alimentar ocasionaram grande número de casos de desnutrição e de pelagra, sinais de grave crise econômica que afetava muito o setor camponês. Essa situação articulou-se com a seguinte realidade brasileira, na mesma época:

- a) a organização de uma estrutura econômica voltada à produção de alimentos e, conseqüentemente, de mercado consumidor interno.
- b) a política de incentivo à vinda de mão de obra europeia, com o propósito de substituir o trabalho escravo nas fazendas de café.
- c) a crise do Estado Nacional e o projeto de formação de uma população saudável e mestiça. a necessidade de soldados para multiplicar o
- d) Exército nacional, defender as fronteiras e garantir o domínio na Região do Prata.
- e) a expulsão dos colonos das terras do Sudeste e o favorecimento de nova mão de obra para gerir a pequena e média propriedade rural.

○ **69. (UFSM)** Em meados do século XIX se situa o começo das maiores migrações humanas da história. [...] Por que se emigrava? Principalmente por razões econômicas [...]. Não há dúvida de que os pobres eram mais inclinados a migrar que os ricos e de que estavam mais dispostos a fazê-lo se sua vida tradicional se havia feito difícil ou impossível.

Fonte: HOBBSAWN apud PESAVENTO, Sandra (org.). 500 anos de América POA: Ed. da UFRGS, 1992. p. 82.

A grande emigração europeia para a América, entre os anos de 1875 e 1914, está relacionada com

- a) a crise demográfica produzida pelas guerras mundiais europeias, combinada com as novas possibilidades de trabalho industrial surgidas na América.
- b) as transformações provocadas nos campos europeus, devido à expansão capitalista e à necessidade de mão de obra branca e livre na América.
- c) a recessão da economia europeia provocada pela Revolução Industrial e a retração das fronteiras agrícolas e pastoris na América.
- d) a política de cercamento dos campos para a introdução de novas técnicas agrícolas e a possibilidade de aquisição de propriedade rural na América.
- e) a derrocada do capitalismo europeu, o avanço político da classe trabalhadora europeia e as novas condições de vida e trabalho na América.

○ **70. (UFSM)** No contexto da história do Brasil do Segundo Reinado, constituem efetivas modificações socioeconômicas estruturais:

- I - a proibição do tráfico externo de escravos negros vindos da África.
- II - a mudança do eixo econômico para a região Sudeste com a expansão dos cafezais.
- III - a emancipação da hegemonia econômica britânica através do desenvolvimento de um capitalismo brasileiro nacionalista e autônomo.
- IV - a progressiva extinção do trabalho escravo e a expansão do trabalho assalariado.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e III apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II e IV apenas.

○ **71. (UFSM)** É correto afirmar que parcelas significativas das elites brasileiras do final do século XIX e começos do século XX preferiam a força do trabalho do imigrante europeu à dos trabalhadores negros brasileiros, porque

- a) os europeus eram agricultores mais hábeis e experientes para os cafezais em expansão.
- b) os negros libertos da escravidão preferiam o trabalho autônomo nas cidades.
- c) a política de imigração tinha compromissos humanitários com os europeus afetados por conflitos nacionais.
- d) compreendiam a imigração europeia como um instrumento para civilizar o país através do embranquecimento da população.
- e) entendiam que a construção da democracia racial era incompatível com a exploração dos negros nos cafezais.

○ **72. (UFSM)** De 1865 a 1870, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, apoiados pela Inglaterra, promoveram uma guerra objetivando a destruição do Paraguai.

Sobre esse confronto militar, é correto afirmar:

- a) As desavenças entre brasileiros e argentinos provocaram entaves à sua aliança, dificultando a destruição do Paraguai e interferindo nos negócios comerciais com os ingleses.
- b) O apoio inglês à Tríplice Aliança deu-se em função da necessidade de abrir novos mercados externos à Inglaterra.
- c) A partir dele, os países que formaram a Tríplice Aliança saíram da sua política isolacionista e se integraram à ordem capitalista mundial, capitaneada pela Inglaterra.
- d) Os principais beneficiários dessa guerra foram a burguesia inglesa e a oligarquia cafeeira brasileira, na medida em que ocorreram o fortalecimento da monarquia, do sistema escravista no Brasil e a consolidação dos acordos comerciais com os ingleses.
- e) A independência do Paraguai significava pôr em risco a saída dos países platinos para o mar e, conseqüentemente, dificultava as exportações para a Inglaterra.



○ 73. (UFSM) Utilize-se de seus conhecimentos para relacionar este poema de Machado de Assis com fatos da Guerra do Paraguai.

“De pé - Quando o inimigo o solo invade
Ergue-se o povo inteiro; e a espada em punho
É como um raio vingador dos livres!

(...)

Cada palmo do chão vomita um homem!
E do Norte, e do Sul, como esses rios
Que vão, sulcando a terra, encher os mares,
À falange comum os bravos correm!”

Citado por Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 117.

Analise as proposições.

I - O poema corresponde a um contexto histórico no qual o Império do Brasil, desde meados do século XIX, adotou uma política externa que objetivou estabelecer seu predomínio como nação na Região do Prata. São exemplos dessa política externa a ação militar contra Oribe e Rosas e, posteriormente, a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai.

II - A guerra estimulou a construção da identidade nacional pelo Estado Imperial, algo instrumentalizado pelo exército brasileiro que, após o conflito bélico com o Paraguai, cresceu como instituição política e promoveu, no período republicano, a idealização de alguns personagens como símbolos da nação, caso de Caxias (Patrono do Exército) e Mallet (Patrono da Artilharia), entre outros.

III - O poema de Machado de Assis comprova que não houve recrutamento à força para a Guerra do Paraguai, pois as tropas eram formadas exclusivamente pelas camadas pobres da sociedade (negros, índios, mestiços) que foram compondo os corpos de Voluntários e da Guarda Nacional imbuídos pelo sentimento nacional.

Está(ão) correta(s)

- | | |
|-------------------|-----------------|
| a) apenas I. | d) apenas III. |
| b) apenas II. | e) I, II e III. |
| c) apenas I e II. | |



GABARITO

• Habilidades à prova

Unidade 1

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. E | 12. D | 23. A |
| 2. B | 13. E | |
| 3. D | 14. A | |
| 4. E | 15. A | |
| 5. C | 16. A | |
| 6. B | 17. C | |
| 7. B | 18. B | |
| 8. A | 19. D | |
| 9. B | 20. E | |
| 10. A | 21. C | |
| 11. B | 22. E | |

Unidade 2

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. A | 30. A | 59. D |
| 2. D | 31. E | 60. C |
| 3. C | 32. A | 61. D |
| 4. A | 33. A | 62. B |
| 5. B | 34. B | 63. C |
| 6. C | 35. C | 64. C |
| 7. E | 36. B | 65. C |
| 8. C | 37. B | 66. A |
| 9. A | 38. D | 67. A |
| 10. E | 39. A | 68. B |
| 11. C | 40. D | 69. B |
| 12. E | 41. A | 70. E |
| 13. A | 42. E | 71. D |
| 14. E | 43. E | 72. B |
| 15. D | 44. A | 73. C |
| 16. E | 45. E | |
| 17. B | 46. D | |
| 18. B | 47. A | |
| 19. B | 48. C | |
| 20. A | 49. E | |
| 21. D | 50. A | |
| 22. C | 51. B | |
| 23. D | 52. B | |
| 24. B | 53. C | |
| 25. D | 54. E | |
| 26. D | 55. C | |
| 27. C | 56. B | |
| 28. B | 57. E | |
| 29. C | 58. D | |

